

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	6
Demonstração do Resultado Abrangente	7
Demonstração do Fluxo de Caixa	8

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2019 à 31/03/2019	9
DMPL - 01/01/2018 à 31/03/2018	10

Demonstração do Valor Adicionado	11
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	12
--------------------------	----

Notas Explicativas	16
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	51
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	53
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	54
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 31/03/2019
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	53.096.770
Preferenciais	0
Total	53.096.770
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Assembléia Geral Extraordinária	30/11/2018	Juros sobre Capital Próprio		Ordinária		0,00060
Assembléia Geral Ordinária	29/04/2019	Dividendo		Ordinária		0,00012

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2019	Exercício Anterior 31/12/2018
1	Ativo Total	4.063.249	3.910.404
1.01	Ativo Circulante	1.509.695	1.406.135
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	286.922	91.770
1.01.03	Contas a Receber	857.479	747.218
1.01.03.01	Clientes	857.479	747.218
1.01.04	Estoques	4.620	4.049
1.01.06	Tributos a Recuperar	50.227	37.533
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	50.227	37.533
1.01.06.01.01	Imposto de renda e contribuição social a compensar	11.473	11.452
1.01.06.01.02	Outros tributos a compensar	38.754	26.081
1.01.07	Despesas Antecipadas	15.104	55.516
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	295.343	470.049
1.01.08.03	Outros	295.343	470.049
1.01.08.03.01	Outros Créditos	66.209	68.567
1.01.08.03.02	Derivativos	49.909	117.985
1.01.08.03.03	Ativo Financeiro Setorial	179.225	283.497
1.02	Ativo Não Circulante	2.553.554	2.504.269
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	1.587.625	1.513.331
1.02.01.04	Contas a Receber	17.427	16.094
1.02.01.04.01	Clientes	17.427	16.094
1.02.01.07	Tributos Diferidos	56.773	30.340
1.02.01.07.02	Créditos Fiscais Diferidos	56.773	30.340
1.02.01.08	Despesas Antecipadas	838	932
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	1.512.587	1.465.965
1.02.01.10.03	Derivativos	61.413	82.492
1.02.01.10.04	Depósitos Judiciais	216.132	213.440
1.02.01.10.05	Tributos a compensar	25.214	24.637
1.02.01.10.06	Ativo Financeiro da Concessão	1.209.150	1.137.915
1.02.01.10.07	Outros Créditos	678	7.481
1.02.04	Intangível	965.929	990.938
1.02.04.01	Intangíveis	965.929	990.938
1.02.04.01.02	Ativo Contratual em curso	178.879	218.331
1.02.04.01.03	Intangível	787.050	772.607

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2019	Exercício Anterior 31/12/2018
2	Passivo Total	4.063.249	3.910.404
2.01	Passivo Circulante	1.426.884	1.253.140
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	17.347	15.780
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	17.347	15.780
2.01.01.02.01	Obrigações estimadas com pessoal	17.347	15.780
2.01.02	Fornecedores	606.666	383.644
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	606.666	383.644
2.01.03	Obrigações Fiscais	157.149	130.472
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	50.961	31.143
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	18.769	0
2.01.03.01.02	Programa de Integração Social PIS	4.878	4.589
2.01.03.01.03	Contrib p/Financ da Seguridade Social	22.499	21.178
2.01.03.01.04	Outras Obrigações Federais	4.815	5.376
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	105.572	98.681
2.01.03.02.01	ICMS	105.572	98.681
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	616	648
2.01.03.03.01	Outras Obrigações Municipais	616	648
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	456.613	533.465
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	409.857	472.957
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	178.608	56.094
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	231.249	416.863
2.01.04.02	Debêntures	46.756	60.508
2.01.04.02.01	Debêntures	46.756	60.508
2.01.05	Outras Obrigações	189.109	189.779
2.01.05.02	Outros	189.109	189.779
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	37.935	37.935
2.01.05.02.07	Outras Contas a Pagar	104.214	108.930
2.01.05.02.08	Taxas Regulamentares	21.248	22.288
2.01.05.02.09	Entidade de Previdência Privada	25.712	20.626
2.02	Passivo Não Circulante	2.051.015	2.141.029
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	1.450.384	1.604.096
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	686.468	805.726
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	254.364	262.165
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	432.104	543.561
2.02.01.02	Debêntures	763.916	798.370
2.02.01.02.01	Debêntures	763.916	798.370
2.02.02	Outras Obrigações	347.439	277.389
2.02.02.02	Outros	347.439	277.389
2.02.02.02.04	Entidade de Previdência Privada	184.197	190.740
2.02.02.02.06	Passivo Financeiro Setorial	126.239	46.031
2.02.02.02.08	Outras Contas a Pagar	37.003	40.618
2.02.04	Provisões	253.192	259.544
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	253.192	259.544
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	193.746	189.819
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	32.390	33.586
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	24.712	32.595

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2019	Exercício Anterior 31/12/2018
2.02.04.01.05	Outros	2.344	3.544
2.03	Patrimônio Líquido	585.350	516.235
2.03.01	Capital Social Realizado	240.144	240.144
2.03.02	Reservas de Capital	55.905	55.905
2.03.04	Reservas de Lucros	372.634	372.634
2.03.04.01	Reserva Legal	16.138	16.138
2.03.04.11	Reserva estatutária - reforço de capital de giro	356.496	356.496
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	67.491	0
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-150.824	-152.448

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 31/03/2019	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 31/03/2018
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	1.097.619	917.011
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-904.734	-743.484
3.02.01	Custo com Energia Elétrica	-760.342	-634.823
3.02.02	Custo de Operação	-72.229	-66.931
3.02.03	Custo do Serviço Prestado a Terceiros	-72.163	-41.730
3.03	Resultado Bruto	192.885	173.527
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-76.735	-59.758
3.04.01	Despesas com Vendas	-41.694	-29.340
3.04.01.01	Amortização	-155	-174
3.04.01.02	Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-21.156	-10.324
3.04.01.03	Outras despesas com vendas	-20.383	-18.842
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-29.599	-27.516
3.04.02.01	Amortização	-3.004	-3.874
3.04.02.02	Outras despesas gerais e administrativas	-26.595	-23.642
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-5.442	-2.902
3.04.05.01	Outras despesas operacionais	-5.442	-2.902
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	116.150	113.769
3.06	Resultado Financeiro	-9.949	-24.645
3.06.01	Receitas Financeiras	27.300	18.982
3.06.02	Despesas Financeiras	-37.249	-43.627
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	106.201	89.124
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-38.710	-33.016
3.08.01	Corrente	-65.980	-37.072
3.08.02	Diferido	27.270	4.056
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	67.491	56.108
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	67.491	56.108
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,00127	0,00106

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 31/03/2019	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 31/03/2018
4.01	Lucro Líquido do Período	67.491	56.108
4.02	Outros Resultados Abrangentes	1.624	0
4.02.01	Risco de crédito na marcação a mercado de passivos financeiros	1.624	0
4.03	Resultado Abrangente do Período	69.115	56.108

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 31/03/2019	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 31/03/2018
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	388.333	-161.938
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	186.576	159.767
6.01.01.01	Lucro Líquido Antes dos Tributos	106.203	89.124
6.01.01.02	Amortização	26.909	24.688
6.01.01.03	Provisões para Riscos Fiscais, Cíveis e Trabalhistas	3.698	2.786
6.01.01.04	Encargos de Dívidas e Atualizações Monetárias e Cambiais	17.794	25.840
6.01.01.05	Despesa/(Receita) com Plano de Pensão	5.678	4.093
6.01.01.06	Perda (ganho) na Baixa de Ativo não Circulante	5.138	2.912
6.01.01.08	Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	21.156	10.324
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	201.757	-321.705
6.01.02.01	Consumidores, Concessionárias e Permissionárias	-132.662	-58.515
6.01.02.02	Tributos a Compensar	-13.272	-2.406
6.01.02.04	Depósitos Judiciais	-832	1.073
6.01.02.05	Ativo Financeiro Setorial	116.904	52.923
6.01.02.07	Contas a Receber CDE	-4.714	9.886
6.01.02.09	Outros Ativos Operacionais	34.056	-21.988
6.01.02.10	Fornecedores	223.022	-95.380
6.01.02.11	Taxas Regulamentares	-1.040	-84.342
6.01.02.12	Processos Fiscais, Cíveis e Trabalhistas Pagos	-14.101	-3.934
6.01.02.13	Contas a pagar CDE	-3.092	3.049
6.01.02.14	Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	-47.386	-39.846
6.01.02.15	Passivo Financeiro Setorial	72.654	-50.332
6.01.02.16	Encargo de Dívidas e Debêntures Pagos	-37.138	-33.804
6.01.02.17	Outros Tributos e Contribuições Sociais	8.081	-6.651
6.01.02.18	Outras Obrigações com Entidade de Previdência Privada	-7.135	-5.943
6.01.02.19	Outros Passivos Operacionais	8.412	14.505
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-60.345	-49.539
6.02.02	Adições Ativo contratual	-65.770	0
6.02.03	Adições de Intangível	0	-49.477
6.02.05	Títulos e Valores Mobiliários, Cauções e Depósitos Vinculados (aplicações)	0	-2.040
6.02.06	Títulos e Valores Mobiliários, Cauções e Depósitos Vinculados (resgates)	5.425	1.978
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-132.836	-44.076
6.03.01	Captação de Empréstimos e Debêntures	124.819	214.739
6.03.02	Amortização de Principal de Empréstimos e Debêntures	-361.747	-290.061
6.03.06	Liquidação de Operações com Derivativos	104.092	31.246
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	195.152	-255.553
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	91.770	374.459
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	286.922	118.906

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2019 à 31/03/2019**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	240.144	55.905	372.634	0	-152.448	516.235
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	240.144	55.905	372.634	0	-152.448	516.235
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	67.491	1.624	69.115
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	67.491	0	67.491
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	1.624	1.624
5.05.02.06	Risco de crédito na marcação a mercado de passivos financeiros	0	0	0	0	1.624	1.624
5.07	Saldos Finais	240.144	55.905	372.634	67.491	-150.824	585.350

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2018 à 31/03/2018**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	240.144	55.905	280.148	0	-115.138	461.059
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	240.144	55.905	280.148	0	-115.138	461.059
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	44.112	-4.046	40.066
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	56.108	0	56.108
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	-11.996	-4.046	-16.042
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	-4.046	-4.046
5.05.02.06	Efeito da aplicação inicial do CPC 48	0	0	0	-11.996	0	-11.996
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	6.469	-6.469	0	0
5.07	Saldos Finais	240.144	55.905	286.617	37.643	-119.184	501.125

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 31/03/2019	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 31/03/2018
7.01	Receitas	1.771.203	1.510.198
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	1.720.315	1.478.856
7.01.02	Outras Receitas	72.044	41.665
7.01.02.01	Receita relativa à construção da infraestrutura de concessão	72.044	41.665
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-21.156	-10.323
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-981.803	-804.983
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-846.036	-707.560
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-110.290	-79.528
7.02.04	Outros	-25.477	-17.895
7.03	Valor Adicionado Bruto	789.400	705.215
7.04	Retenções	-26.977	-24.729
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-26.977	-24.729
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	762.423	680.486
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	28.874	20.591
7.06.02	Receitas Financeiras	28.874	20.591
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	791.297	701.077
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	791.297	701.077
7.08.01	Pessoal	38.440	36.419
7.08.01.01	Remuneração Direta	19.155	19.281
7.08.01.02	Benefícios	17.381	15.276
7.08.01.03	F.G.T.S.	1.904	1.862
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	645.647	563.109
7.08.02.01	Federais	321.442	305.033
7.08.02.02	Estaduais	323.573	257.467
7.08.02.03	Municipais	632	609
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	39.719	45.441
7.08.03.01	Juros	38.447	44.366
7.08.03.02	Aluguéis	1.272	1.075
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	67.491	56.108
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	67.491	56.108

Comentário do Desempenho

Análise de Resultados – CPFL Piratininga

Este comentário de desempenho está expresso em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma.

	1º Trimestre		
	2019	2018	Variação
Receita operacional bruta	1.792.358	1.520.521	17,9%
Fornecimento de energia elétrica (*)	1.481.053	1.214.684	21,9%
Suprimento de energia elétrica	180.638	11.944	1412,4%
Receita de construção de infraestrutura da concessão	72.044	41.665	72,9%
Outras receitas operacionais	248.181	210.069	18,1%
Ativo e passivo financeiro setorial	(189.558)	42.159	-549,6%
Deduções da receita operacional	(694.739)	(603.511)	15,1%
Receita operacional líquida	1.097.619	917.011	19,7%
Custo com energia elétrica	(760.342)	(634.823)	19,8%
Energia comprada para revenda	(669.039)	(484.872)	38,0%
Encargo de uso do sist transm distrib	(91.303)	(149.951)	-39,1%
Custo e despesa operacional	(221.127)	(168.417)	31,3%
Pessoal	(34.442)	(35.399)	-2,7%
Entidade de previdência privada	(5.678)	(4.093)	38,7%
Material	(6.406)	(5.545)	15,5%
Serviço de terceiros	(37.598)	(35.705)	5,3%
Amortização	(26.909)	(24.688)	9,0%
Custo de construção de infraestrutura da concessão	(72.044)	(41.665)	72,9%
Outros	(38.049)	(21.322)	78,4%
Resultado do serviço	116.151	113.769	2,1%
Resultado financeiro	(9.948)	(24.646)	-59,6%
Receitas financeiras	27.300	18.982	43,8%
Despesas financeiras	(37.249)	(43.627)	-14,6%
Resultado antes dos tributos	106.203	89.124	19,2%
Contribuição social	(10.415)	(8.708)	19,6%
Imposto de renda	(28.296)	(24.307)	16,4%
Resultado Líquido do Período	67.491	56.108	20,3%
EBITDA	143.060	138.457	3,3%

(*) Para efeito de apresentação do comentário de desempenho não foi realizada a reclassificação de receita pela disponibilidade da Rede Elétrica ao consumidor cativo - TUSD (nota 24)

Receita operacional bruta

A receita operacional bruta no 1º trimestre de 2019 foi de R\$ 1.792.358, apresentando aumento de 17,9% (R\$ 271.837) quando comparado com o mesmo período do ano anterior.

Desconsiderando a receita de construção da infraestrutura da concessão (que não afeta o resultado, devido ao custo correspondente no mesmo valor), a receita operacional bruta seria de R\$ 1.720.314, apresentando um aumento de 16,3% (R\$ 241.458) em relação ao mesmo período do ano anterior.

Os principais fatores que contribuíram para esta variação foram:

- i. **Fornecimento de energia elétrica:** aumento de 21,9% (R\$ 266.369) principalmente pelo (i) aumento de 16,9% na tarifa média, decorrente principalmente do Reajuste Tarifário Anual (“RTA”) de 19,25% (percepção do consumidor) e (ii) aumento de 4,3% no volume de energia vendida (considerando a quantidade de energia da receita não faturada);
- ii. **Suprimento de energia elétrica:** aumento de R\$ 168.694 principalmente pelo aumento no volume energia elétrica comercializada no curto prazo associado as recontabilizações de operações realizadas na CCEE de períodos anteriores e

Comentário do Desempenho

venda de energia no MVE (Mecanismo de Venda de Excedente de energia elétrica);

- iii. **Outras receitas operacionais:** aumento de 18,1% (R\$ 38.112) basicamente: (i) aumento na receita pela disponibilidade da rede elétrica – TUSD: (R\$ 37.266) em função principalmente do RTA de outubro de 2018 compensado pela redução no volume de energia vendida, (ii) aumento nas subvenções baixa renda e descontos tarifários com recursos da Conta de Desenvolvimento Energético (“CDE”) e subvenção CCRBT (R\$ 6.392) compensado parcialmente por (iii) redução ressarcimento de acordos bilaterais (R\$ 3.730) e (iv) aumento em compensações por descumprimento dos limites de continuidade (R\$ 1.823);
- iv. **Ativo e passivo financeiro setorial:** redução de receita de 549,6% (R\$ 231.717), principalmente em: (i) amortização dos ativos e passivos homologados e (ii) diferimento de sobrecontratação, CDE, encargos de serviços do sistema (ESS) compensado parcialmente por custo de energia.

➤ Quantidade de energia vendida

No 1º trimestre de 2019, a quantidade de energia faturada para consumidores cativos no período, incluindo outras concessionárias e permissionárias, cresceu 6,5% quando comparada com o mesmo trimestre do ano anterior.

O consumo da classe residencial representa 51,9% do mercado total da distribuidora e apresentou um desempenho de 8,9% acima do 1º trimestre de 2018. Esse resultado é reflexo principalmente do efeito de temperatura que foi maior no 1º trimestre de 2019 quando comparado ao mesmo período do ano anterior.

A classe comercial, que representa 23,1% do mercado total fornecido pela distribuidora, cresceu 6,2% no 1º trimestre de 2019 em relação ao mesmo período do ano anterior. Esse resultado é reflexo principalmente do efeito de temperatura que foi maior no 1º trimestre de 2019 quando comparado ao mesmo período do ano anterior.

A classe industrial, que representa 11,8% do mercado total fornecido pela distribuidora, apresentou queda de 9,7% no 1º trimestre de 2019 em relação ao mesmo período do ano anterior. Este desempenho reflete o efeito de movimentação de clientes para o mercado livre.

As demais classes de consumo (rural, poder público, iluminação pública, serviço público, concessionárias e permissionárias) participam com 13,2% do mercado total fornecido pelas distribuidoras. Estas classes apresentaram crescimento de 15,2% no 1º trimestre de 2019. Esse valor é reflexo do aumento expressivo do consumo da classe serviço público ocasionado pela entrada de um grande cliente.

Em relação à quantidade de energia vendida e transportada na área de concessão, que impacta tanto o fornecimento faturado (mercado cativo) como a cobrança da TUSD (mercado livre), houve aumento de 2,3% quando comparado com o mesmo período do ano anterior. A variação por classe apresenta crescimento da classe residencial de 8,9%. Na classe comercial o desempenho foi 7,0% acima do mesmo período do ano anterior. A classe industrial apresentou queda de 6,1% e as demais classes apresentaram um crescimento de 14,5% no 1º Trimestre de 2019.

Deduções da receita operacional

As deduções da receita operacional no 1º trimestre de 2019 foram de R\$ 694.739, apresentando um aumento de 15,1% (R\$ 91.228) em relação ao mesmo período do ano anterior, devido principalmente: (i) ICMS (R\$ 66.091), (ii) PIS e COFINS (R\$ 22.407), (iii) CDE (R\$ 19.001), (iv) P&D e eficiência energética (R\$ 1.584) compensado parcialmente por (v) bandeiras tarifárias (R\$ 18.813).

Custo com energia elétrica

Comentário do Desempenho

No 1º trimestre de 2019 o custo com energia elétrica foi de R\$ 760.342, apresentando um aumento de 19,8% (R\$ 125.519), em relação ao mesmo período do ano anterior. A variação é explicada:

- i. **Energia comprada para revenda:** aumento de 38,0% (R\$ 184.167) em função: (i) aumento de 27,0% no volume de energia comprada, (ii) aumento de 7,7% no preço médio principalmente com energia de térmicas e contratos bilaterais, bem como pela variação positiva do dólar no trimestre de 2019, (iii) ressarcimento de geradoras (R\$ 3.587), compensado parcialmente por (iv) crédito de PIS e COFINS (R\$ 18.077).
- ii. **Encargos do uso do sistema de transmissão e distribuição:** redução de 39,1% (R\$ 58.648) impactado principalmente pelo: (i) encargos de rede básica (R\$ 39.136), (ii) encargos de serviço do sistema (R\$ 14.956), (iii) encargo de energia de reserva (EER) (R\$ 11.451) compensado parcialmente por (iv) crédito de PIS e COFINS (R\$ 5.978).

Custo e despesa operacional

Os custos e despesas operacionais atingiram R\$ 221.127 no 1º trimestre de 2019, apresentando um aumento de 31,3% (R\$ 52.710) quando comparado com o mesmo período do ano anterior.

Desconsiderando o custo de construção da infraestrutura da concessão (que não afeta o resultado), os custos e despesas operacionais seriam de R\$ 149.083, apresentando aumento de 17,6% (R\$ 22.331).

Os principais efeitos nesse grupo devem-se principalmente a:

➤ Despesas operacionais gerenciáveis

São representadas pelos custos com pessoal, entidade de previdência privada, material, serviços de terceiros e outros, que totalizaram o montante de R\$ 122.173 neste trimestre, um aumento de 19,7% (R\$ 20.109) em relação ao mesmo período do ano anterior. Esta variação deve-se principalmente aos seguintes fatores:

- i. **Entidade:** aumento de 38,7% (R\$ 1.585) principalmente pelo ajuste do laudo;
- ii. **Serviços de terceiros:** aumento de 5,3% (1.893) principalmente em: (i) manutenção de linhas, redes e subestações (R\$ 1.967), (ii) leitura de medidores e uso (R\$ 1.113) compensado parcialmente por (iii) poda de árvores (R\$ 881);
- iii. **Outros:** aumento de 78,4% (R\$ 16.727) principalmente em: (i) provisão para créditos de liquidação duvidosa (R\$ 10.832), (ii) despesas legais, judiciais e indenizações (R\$ 1.941), (iii) perda/ganho na alienação, desativação e outros de ativo não circulante (R\$ 1.484) e (iv) baixa de principal e atualização do ativo financeiro da concessão (R\$ 742).

Resultado financeiro

O resultado financeiro líquido neste trimestre apresentou uma despesa de R\$ 9.948, uma redução de 59,6% (R\$ 14.698) em relação ao mesmo período do ano anterior.

- **Receitas financeiras:** aumento de 43,8% (R\$ 8.318) principalmente em: (i) atualização de ativos financeiros setoriais (R\$ 5.078), (ii) acréscimos e multas moratórias (R\$ 2.217), (iii) deságio de crédito de ICMS (R\$ 2.167) compensado parcialmente por (ii) atualizações monetárias e cambiais (R\$ 876).
- **Despesas financeiras:** redução de 14,6% (R\$ 6.378), principalmente em: (i) atualização dos passivos financeiros setoriais (R\$ 2.049), (ii) encargos e atualizações

Comentário do Desempenho

monetárias e cambiais sobre empréstimos, debêntures e derivativos (R\$ 1.107), (iii) liquidação financeira da CCEE (R\$ 1.686) e (iv) juros referentes a postergação de fatura (R\$ 738).

Contribuição social e imposto de renda

A tributação sobre o lucro relativo a contribuição social e imposto de renda apurada neste trimestre foi de R\$ 38.711, apresentando aumento de 17,3% (R\$ 5.696) quando comparado com o mesmo período do ano anterior, refletindo a base tributável do período.

Resultado líquido do período e EBITDA

Com base nos fatores expostos, a Companhia apresentou neste trimestre um lucro líquido de R\$ 67.491, com aumento de 20,3% (R\$ 11.383), em relação ao lucro apurado no mesmo período do ano anterior.

O EBITDA (resultado líquido do período, excluindo os efeitos da amortização, resultado financeiro, contribuição social e imposto de renda) neste trimestre foi de R\$ 143.060, apresentando aumento de 3,3% (R\$ 4.603) em relação ao mesmo período do ano anterior.

Notas Explicativas**COMPANHIA PIRATININGA DE FORÇA LUZ****Balancos patrimoniais em 31 de março de 2019 e 31 de dezembro de 2018**

(Em milhares de Reais)

ATIVO	Nota explicativa	31/03/2019	31/12/2018
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	286.922	91.770
Consumidores, concessionárias e permissionárias	6	857.479	747.218
Imposto de renda e contribuição social a compensar	7	11.473	11.452
Outros tributos a compensar	7	38.754	26.081
Derivativos	30	49.909	117.985
Ativo financeiro setorial	8	179.225	283.497
Estoques		4.620	4.049
Outros ativos	11	81.313	124.083
Total do circulante		1.509.695	1.406.135
Não circulante			
Consumidores, concessionárias e permissionárias	6	17.427	16.094
Depósitos judiciais	20	216.132	213.440
Outros tributos a compensar	7	25.214	24.637
Derivativos	30	61.413	82.492
Créditos fiscais diferidos	9	56.773	30.340
Ativo financeiro da concessão	10	1.209.150	1.137.915
Outros ativos	11	1.516	8.413
Ativo contratual	13	178.879	218.331
Intangível	12	787.050	772.607
Total do não circulante		2.553.554	2.504.269
Total do ativo		4.063.249	3.910.404

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas

COMPANHIA PIRATININGA DE FORÇA LUZ
Balancos patrimoniais em 31 de março de 2019 e 31 de dezembro de 2018
 (Em milhares de Reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	31/03/2019	31/12/2018
Circulante			
Fornecedores	14	606.666	383.644
Empréstimos e financiamentos	15	409.857	472.957
Debêntures	16	46.756	60.508
Entidade de previdência privada	17	25.712	20.626
Taxas regulamentares	18	21.248	22.288
Imposto de renda e contribuição social a recolher	19	18.769	-
Outros impostos, taxas e contribuições a recolher	19	138.380	130.472
Dividendo e juros sobre capital próprio	22	37.935	37.935
Obrigações estimadas com pessoal		17.347	15.780
Outras contas a pagar	21	104.214	108.932
Total do circulante		1.426.884	1.253.141
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	15	686.468	805.726
Debêntures	16	763.916	798.370
Entidade de previdência privada	17	184.197	190.740
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	20	253.192	259.544
Passivo financeiro setorial	8	126.239	46.031
Outras contas a pagar	21	37.003	40.618
Total do não circulante		2.051.015	2.141.029
Patrimônio líquido			
Capital social	22	240.144	240.144
Reserva de capital		55.905	55.905
Reserva legal		16.138	16.138
Reserva estatutária - reforço de capital de giro		356.496	356.496
Resultado abrangente acumulado		(150.825)	(152.449)
Lucros acumulados		67.491	-
Total do patrimônio líquido		585.350	516.235
Total do passivo e do patrimônio líquido		4.063.249	3.910.404

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas

COMPANHIA PIRATININGA DE FORÇA LUZ
Demonstrações dos resultados para os períodos findos em 31 de março de 2019 e 2018
 (Em milhares de Reais, exceto lucro por ação)

	<u>Nota explicativa</u>	<u>1º Trimestre 2019</u>	<u>1º Trimestre 2018 ⁽¹⁾</u>
Receita operacional líquida	24	1.097.619	917.011
Custo do serviço			
Custo com energia elétrica	25	(760.342)	(634.823)
Custo com operação	26	(72.229)	(66.931)
Amortização		(23.750)	(20.640)
Outros custos com operação		(48.479)	(46.291)
Custo do serviço prestado a terceiros	26	(72.163)	(41.730)
Lucro operacional bruto		192.885	173.527
Despesas operacionais	26		
Despesas com vendas		(41.694)	(29.340)
Amortização		(155)	(174)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(21.156)	(10.324)
Outras despesas com vendas		(20.383)	(18.842)
Despesas gerais e administrativas		(29.599)	(27.516)
Amortização		(3.004)	(3.874)
Outras despesas gerais e administrativas		(26.595)	(23.642)
Outras despesas operacionais		(5.442)	(2.900)
Outras despesas operacionais		(5.442)	(2.900)
Resultado do serviço		116.151	113.769
Resultado financeiro	27		
Receitas financeiras		27.300	18.982
Despesas financeiras		(37.249)	(43.627)
		(9.948)	(24.646)
Lucro antes dos tributos		106.203	89.124
Contribuição social	9	(10.415)	(8.708)
Imposto de renda	9	(28.296)	(24.307)
		(38.712)	(33.016)
Lucro líquido do período		<u>67.491</u>	<u>56.108</u>
⁽¹⁾ Veja nota explicativa 2.6.			
Lucro líquido básico e diluído por lote de mil ações ordinárias - R\$	23	1,27	1,06

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

COMPANHIA PIRATININGA DE FORÇA E LUZ
Demonstrações dos resultados abrangentes para os períodos findos em 31 de março de 2019 e 2018
 (Em milhares de Reais)

	<u>1º Trimestre 2019</u>	<u>1º Trimestre 2018</u>
Lucro líquido do período	67.491	56.108
Outros resultados abrangentes	1.624	-
Itens que serão reclassificados posteriormente para o resultado:		
Risco de crédito na marcação a mercado de passivos financeiros	1.624	-
Resultado abrangente do período	<u>69.115</u>	<u>56.108</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas

COMPANHIA PIRATININGA DE FORÇA E LUZ
Demonstração da mutação do patrimônio líquido para o período findo em 31 de março de 2019
(Em milhares de Reais)

	Reserva de lucros						Total
	Capital social	Reserva de capital	Reserva legal	Reserva estatutária - reforço de capital de giro	Resultado abrangente acumulado	Lucros acumulados	
Saldos em 31 de dezembro de 2018	240.144	55.905	16.138	356.496	(152.449)	-	516.235
Resultado abrangente total							
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	67.491	67.491
Ouros resultados abrangentes: risco de crédito na marcação a mercado de passivos financeiros	-	-	-	-	1.624	-	1.624
Saldos em 31 de março de 2019	240.144	55.905	16.138	356.496	(150.825)	67.491	585.350

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias

COMPANHIA PIRATININGA DE FORÇA E LUZ
Demonstração da mutação do patrimônio líquido para o período findo em 31 de março de 2018
(Em milhares de Reais)

	Reserva de lucros							Lucros acumulados	Total
	Capital social	Reserva de capital	Reserva legal	Reserva estatutária - ativo financeiro da concessão	Reserva estatutária - reforço de capital de giro	Dividendo	Resultado abrangente acumulado		
Saldos em 31 de dezembro de 2017	240.144	55.905	7.604	200.310	43.789	28.445	(115.138)	-	461.059
Resultado abrangente total									
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	-	-	56.108	56.108
Ouros resultados abrangentes: risco de crédito na marcação a mercado de passivos financeiros	-	-	-	-	-	-	(4.045)	-	(4.045)
Efeito da aplicação inicial do CPC 48	-	-	-	-	-	-	-	(11.996)	(11.996)
Mutações internas do patrimônio líquido									
Movimentação de reserva estatutária no período	-	-	-	6.469	-	-	-	(6.469)	-
Saldos em 31 de março de 2018	240.144	55.905	7.604	206.779	43.789	28.445	(119.184)	37.643	501.125

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias

Notas Explicativas

COMPANHIA PIRATININGA DE FORÇA E LUZ
Demonstrações dos fluxos de caixa para os períodos findos em 31 de março de 2019 e 2018
 (Em milhares de Reais)

	<u>31/03/2019</u>	<u>31/03/2018</u>
Lucro antes dos tributos	106.203	89.124
Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais		
Amortização	26.909	24.688
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	3.698	2.786
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	21.156	10.324
Encargos de dívidas e atualizações monetárias e cambiais	17.794	25.840
Despesa (receita) com entidade de previdência privada	5.678	4.093
Perda (ganho) na baixa de não circulante	5.138	2.912
	<u>186.576</u>	<u>159.767</u>
Redução (aumento) nos ativos operacionais		
Consumidores, concessionárias e permissionárias	(132.662)	(58.515)
Tributos a compensar	(13.272)	(2.406)
Depósitos judiciais	(832)	1.073
Ativo financeiro setorial	116.904	52.923
Contas a receber - CDE	(4.714)	9.886
Outros ativos operacionais	34.056	(21.988)
Aumento (redução) nos passivos operacionais		
Fornecedores	223.022	(95.380)
Outros tributos e contribuições sociais	8.081	(6.651)
Outras obrigações com entidade de previdência privada	(7.135)	(5.943)
Taxas regulamentares	(1.040)	(84.342)
Processos fiscais, cíveis e trabalhistas pagos	(14.101)	(3.934)
Passivo financeiro setorial	72.654	(50.332)
Contas a pagar - CDE	(3.092)	3.049
Outros passivos operacionais	8.412	14.505
Caixa líquido gerado (consumido) pelas operações	<u>472.857</u>	<u>(88.288)</u>
Encargos de dívidas e debêntures pagos	(37.138)	(33.804)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(47.386)	(39.846)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades operacionais	<u>388.333</u>	<u>(161.938)</u>
Atividades de investimento		
Títulos e valores mobiliários, cauções e depósitos vinculados (aplicações)	-	(2.040)
Títulos e valores mobiliários, cauções e depósitos vinculados (resgates)	5.425	1.978
Adições de ativo contratual	(65.770)	-
Adições de intangível	-	(49.477)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de investimento	<u>(60.345)</u>	<u>(49.539)</u>
Atividades de financiamento		
Captação de empréstimos e debêntures	124.819	214.739
Amortização de principal de empréstimos e debêntures	(361.747)	(290.061)
Liquidação de operações com derivativos	104.092	31.246
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de financiamento	<u>(132.836)</u>	<u>(44.076)</u>
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	<u>195.152</u>	<u>(255.553)</u>
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	<u>91.770</u>	<u>374.459</u>
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	<u>286.922</u>	<u>118.906</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias

Notas Explicativas**COMPANHIA PIRATININGA DE FORÇA E LUZ****Demonstrações do valor adicionado para os períodos findos em 31 de março de 2019 e 2018.**

(Em milhares de Reais)

	1º Trimestre 2019	1º Trimestre 2018
1 - Receita	<u>1.771.203</u>	<u>1.510.198</u>
1.1 Receita de venda de energia e serviços	1.720.315	1.478.856
1.2 Receita relativa à construção da infraestrutura de concessão	72.044	41.665
1.3 Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(21.156)	(10.324)
2 - (-) Insumos adquiridos de terceiros	<u>(981.803)</u>	<u>(804.983)</u>
2.1 Custo com energia elétrica	(846.036)	(707.560)
2.2 Material	(47.159)	(29.747)
2.3 Serviços de terceiros	(63.131)	(49.782)
2.4 Outros	(25.477)	(17.894)
3 - Valor adicionado bruto (1+2)	789.400	705.215
4 - Retenções	<u>(26.977)</u>	<u>(24.729)</u>
4.1 Amortização	(26.977)	(24.729)
5 - Valor adicionado líquido gerado (3+4)	762.423	680.486
6 - Valor adicionado recebido em transferência	<u>28.874</u>	<u>20.591</u>
6.1 Receitas financeiras	28.874	20.591
7 - Valor adicionado líquido a distribuir (5+6)	<u><u>791.297</u></u>	<u><u>701.077</u></u>
8 - Distribuição do valor adicionado		
8.1 Pessoal e encargos	<u>38.439</u>	<u>36.419</u>
8.1.1 Remuneração direta	19.155	19.281
8.1.2 Benefícios	17.381	15.276
8.1.3 F.G.T.S	1.904	1.862
8.2 Impostos, taxas e contribuições	<u>645.648</u>	<u>563.109</u>
8.2.1 Federais	321.442	305.033
8.2.2 Estaduais	323.573	257.467
8.2.3 Municipais	632	609
8.3 Remuneração de capital de terceiros	<u>39.720</u>	<u>45.441</u>
8.3.1 Juros	38.447	44.366
8.3.2 Aluguéis	1.272	1.075
8.4 Remuneração de capital próprio	<u>67.491</u>	<u>56.108</u>
8.4.1 Lucros retidos	67.491	56.108
	<u><u>791.297</u></u>	<u><u>701.077</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias

Notas Explicativas

COMPANHIA PIRATININGA DE FORÇA E LUZ NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS EM 31 DE MARÇO DE 2019

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

(1) CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia Piratininga de Força e Luz (“CPFL Piratininga” ou “Companhia”) é uma sociedade por ações de capital aberto, que tem por objeto social a prestação de serviços públicos de distribuição de energia elétrica, em qualquer de suas formas, sendo tais atividades regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), vinculada ao Ministério de Minas e Energia. Adicionalmente, a Companhia está autorizada a participar de programas que visem outras formas de energia, de tecnologias e de serviços, inclusive exploração de atividades derivadas, direta ou indiretamente, da utilização dos bens, direitos e tecnologias de que é detentora.

A sede administrativa da Companhia está localizada na Rua Jorge de Figueiredo Correa, nº 1.632 – parte - Jardim Professora Tarcilla – CEP: 13087-397, na Cidade de Campinas, Estado de São Paulo.

A Companhia detém a concessão para exploração de suas atividades pelo prazo de 30 anos até 22 de outubro de 2028, podendo este ser prorrogado por no máximo igual período.

A área de concessão da Companhia contempla 27 municípios do interior e litoral do Estado de São Paulo, atendendo a 1,8 milhão de consumidores. Entre os principais municípios estão Santos, Sorocaba e Jundiáí.

(2) APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

2.1 Base de preparação

Estas informações contábeis intermediárias foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e também com base nas normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários – (CVM), aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR), de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstração intermediária. A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela ANEEL, quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As práticas e critérios contábeis adotados no preparo dessas informações contábeis intermediárias estão consistentes com aqueles adotados na elaboração das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2018 exceto pelo CPC 06 (R2) e ICPC 22 que conforme descrito na nota 3.15 daquelas demonstrações financeiras não tem impacto materiais, e devem ser analisadas em conjunto.

A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das informações contábeis intermediárias estão divulgadas e correspondem ao que é utilizado na gestão da Companhia.

A autorização para a emissão destas informações contábeis intermediárias foi dada pela Administração em 6 de maio de 2019.

2.2 Base de mensuração

As informações contábeis intermediárias foram preparadas tendo como base o custo histórico, exceto para os seguintes itens registrados nos balanços patrimoniais: i) instrumentos financeiros derivativos mensurados ao valor justo e ii) instrumentos financeiros não derivativos mensurados ao valor justo por meio do resultado. A classificação da mensuração do valor justo nas categorias níveis 1, 2 ou 3 (dependendo do grau de observância das variáveis utilizadas)

Notas Explicativas

está apresentada na nota 30 de Instrumentos Financeiros.

2.3 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das informações contábeis intermediárias exige que a Administração da Companhia faça julgamentos e adote estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas.

Por definição, as estimativas contábeis raramente serão iguais aos respectivos resultados reais.

Desta forma, a Administração da Companhia revisa as estimativas e premissas adotadas de maneira contínua, baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os ajustes oriundos destas revisões são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas e aplicadas de maneira prospectiva.

As principais contas contábeis que requerem a adoção de premissas e estimativas, que estão sujeitas a um maior grau de incertezas e que possuam um risco de resultar em um ajuste material, caso essas premissas e estimativas sofram mudanças significativas em períodos subsequentes, são:

- Nota 6 – Consumidores, concessionárias e permissionárias (Provisão para créditos de liquidação duvidosa: principais premissas em relação à expectativa de perda de crédito esperada);
- Nota 8 – Ativo e passivo financeiro setorial (critérios regulatórios e premissas sobre determinados itens);
- Nota 9 – Créditos fiscais diferidos (reconhecimento de ativos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual prejuízos fiscais possam ser utilizados);
- Nota 10 – Ativo financeiro da concessão (premissas para determinação do valor justo com base em dados não observáveis significativos) (nota 30);
- Nota 11 – Outros ativos (Provisão para créditos de liquidação duvidosa: principais premissas em relação à expectativa de perda de crédito esperada);
- Nota 12 – Intangível (principais premissas em relação aos valores recuperáveis);
- Nota 17 – Entidade de previdência privada (principais premissas atuariais na mensuração de obrigações de benefícios definidos);
- Nota 20 – Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas e depósitos judiciais (reconhecimento e mensuração: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos); e
- Nota 24 – Receita operacional líquida (premissas para mensuração do fornecimento e Tarifa de uso do sistema de distribuição (“TUSD”) não faturados).

2.4 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real, e as informações contábeis intermediárias estão sendo apresentadas em milhares de reais. O arredondamento é realizado somente após a totalização dos valores. Desta forma, os valores em milhares apresentados, quando somados, podem não coincidir com os respectivos totais já arredondados.

2.5 Demonstração do valor adicionado

A Companhia elaborou as demonstrações do valor adicionado (“DVA”) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das informações contábeis intermediárias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Notas Explicativas

2.6 Nova apresentação das demonstrações financeiras de 2018 – abertura de linhas

A partir de 2019, com o objetivo de realizar melhorias na forma de apresentação das informações contábeis para monitoramento dos resultados pela Administração da Companhia, através de uma melhor análise das contas de custos e despesas, a Companhia passou a efetuar abertura das linhas de amortização e provisão para créditos de liquidação duvidosa nas demonstrações dos resultados.

Para fins de comparabilidade, estas mudanças foram aplicadas retrospectivamente conforme CPC 23, e, portanto, a Companhia está rerepresentando as informações contábeis intermediárias de 2018 com a mesma abertura. Não houve alterações entre as naturezas de custos e despesas.

A tabela a seguir resume os impactos nas informações contábeis intermediárias da Companhia:

	1o trimestre 2018		
	Originalmente publicado	Abertura de linhas	Nova apresentação
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	917.011	-	917.011
CUSTO DO SERVIÇO:			
Custo com energia elétrica	(634.823)	-	(634.823)
Custo de operação	(66.931)	-	(66.931)
Amortização	-	(20.640)	(20.640)
Outros custos com Operação	-	(46.291)	(46.291)
Custo do serviço prestado a terceiros	(41.730)	-	(41.730)
Lucro operacional bruto	173.527	-	173.527
DESEPSAS OPERACIONAIS:			
Despesas com vendas	(29.340)	-	(29.340)
Amortização	-	(174)	(174)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	(10.324)	(10.324)
Outras despesas com vendas	-	(18.842)	(18.842)
Despesas gerais e administrativas	(27.516)	-	(27.516)
Amortização	-	(3.874)	(3.874)
Outras despesas gerais e administrativas	-	(23.642)	(23.642)
Outras despesas operacionais	(2.900)	-	(2.900)
Outras Despesas Operacionais	-	(2.900)	(2.900)
Resultado do serviço	113.769	-	113.769
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	18.982	-	18.982
Despesas financeiras	(43.627)	-	(43.627)
	(24.646)	-	(24.646)
Lucro antes dos tributos	89.124	-	89.124
Contribuição social	(8.708)	-	(8.708)
Imposto de renda	(24.307)	-	(24.307)
	(33.016)	-	(33.016)
Lucro líquido do período	56.108	-	56.108

Notas Explicativas

(3) SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

Exceto para as alterações divulgadas abaixo as informações contábeis intermediárias da Companhia foram preparadas com base nas mesmas políticas contábeis descritas nas notas explicativas 3.1 a 3.15, divulgadas nas demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018. O reflexo das mudanças nas políticas contábeis também são esperadas nas demonstrações financeiras da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

Natureza e efeito das mudanças decorrentes da aplicação das normas novas e revisadas

A Companhia adotou inicialmente o CPC 06 (R2) Arrendamentos e o ICPC 22 Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro a partir de 1 de janeiro de 2019. Uma série de outras novas normas são efetivas a partir de 1 de janeiro de 2019 sem efeito material nas informações contábeis intermediárias da Companhia.

Com relação ao ICPC 22, a Companhia aplicou a interpretação e informa que não houve impacto material na adoção da mesma.

O CPC 06 (R2) estabelece, na visão do arrendatário, uma nova forma de registro contábil para os arrendamentos atualmente classificados como arrendamentos operacionais, cujo registro contábil passa a ser realizado de forma similar aos arrendamentos classificados como financeiros. No que diz respeito aos arrendadores, praticamente mantém os requerimentos do CPC 06 (R1), incluindo apenas alguns aspectos adicionais de divulgação.

A nova norma introduziu um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. A Companhia reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. A Companhia optou por adotar as isenções de reconhecimento previstas na norma disponíveis para arrendamentos de curto prazo (contratos com duração máxima de 12 meses) e itens de baixo valor (valor justo do ativo identificado arrendado seja inferior a US\$ 5 mil). A contabilidade do arrendador permaneceu semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

A norma define que um contrato é ou contém um arrendamento se o mesmo transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo, em troca de uma contraprestação. Como resultado da aplicação inicial da IFRS 16, em relação aos arrendamentos que anteriormente eram classificados como operacionais, A Companhia avaliou a norma e concluiu que não houve impacto material na adoção da mesma.”

(4) DETERMINAÇÃO DO VALOR JUSTO

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos a seguir. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

A Companhia determinou o valor justo como o preço que seria recebido para a venda do ativo ou para a transferência do passivo ocorreria entre participantes do mercado na data de mensuração.

- Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros reconhecidos a valores justos são valorizados através da cotação em mercado ativo para os respectivos instrumentos, ou quando tais preços não estiverem disponíveis, são valorizados através de modelos de precificação, aplicados individualmente para cada transação, levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas através das curvas de

Notas Explicativas

juros de mercado, tendo como base, sempre que disponível, informações obtidas pelo site da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão e Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA (nota 30) e também contempla a taxa de risco de crédito da parte devedora.

O direito à indenização que será paga pela União no momento da reversão dos ativos da Companhia, ao final do seu prazo de concessão são classificados como mensurados a valor justo por meio do resultado. A metodologia adotada para valorização a valor justo destes ativos tem como ponto de partida o processo de revisão tarifária da Companhia. Este processo, realizado a cada quatro anos consiste na avaliação ao preço de reposição da infraestrutura de distribuição, conforme critérios estabelecidos pelo órgão regulador ANEEL. Esta base de avaliação também é utilizada para estabelecer a tarifa da Companhia que anualmente, até o momento do próximo processo de revisão tarifária, é reajustada tendo como parâmetro os principais índices de inflação.

Desta forma, no momento da revisão tarifária, cada concessionária ajusta a posição do ativo financeiro base para indenização aos valores homologados pelo órgão regulador e utiliza o IPCA como melhor estimativa para ajustar o valor original até o próximo processo de revisão tarifária.

(5) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>31/03/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Saldos bancários	24.767	91.577
Aplicações financeiras	262.155	193
Títulos de crédito Privado (a)	262.155	193
Total	286.922	91.770

a) Corresponde a operações de curto prazo em: (i) CDB's no montante de R\$ 31.624 (R\$ 193 em 31 de dezembro de 2018), (ii) operações compromissadas em debêntures no montante de R\$ 183.118 e (iii) letras de arrendamento mercantil no montante de R\$ 47.413, realizadas com instituições financeiras de grande porte que operam no mercado financeiro nacional, tendo como características liquidez diária, vencimento de curto prazo, baixo risco de crédito e remuneração equivalente, na média, a 94,4% do CDI.

(6) CONSUMIDORES, CONCESSIONÁRIAS E PERMISSONÁRIAS

	Saldos vincendos	Vencidos		Total	
		até 90 dias	> 90 dias	31/03/2019	31/12/2018
Circulante					
Classes de consumidores					
Residencial	168.983	134.232	19.558	322.773	292.621
Industrial	30.658	19.394	17.318	67.370	70.960
Comercial	57.227	19.947	5.786	82.959	84.256
Rural	2.185	1.306	154	3.645	3.762
Poder público	12.758	734	118	13.610	13.422
Iluminação pública	11.211	519	48	11.778	12.849
Serviço público	17.146	72	2.656	19.874	20.649
Faturado	300.168	176.204	45.638	522.009	498.519
Não faturado	247.942	-	-	247.942	231.314
Parcelamento de débito de consumidores	41.127	7.844	637	49.608	44.174
Operações realizadas na CCEE	82.861	-	-	82.861	41.941
Concessionárias e permissionárias	36.486	-	-	36.486	3.100
	708.584	184.048	46.275	938.906	819.047
Provisão para créditos de liquidação duvidosa				(81.427)	(71.829)
Total				857.479	747.218
Não circulante					
Parcelamento de débito de consumidores	9.219	-	-	9.219	7.886
Operações realizadas na CCEE	8.208	-	-	8.208	8.208
Total	17.427	-	-	17.427	16.094

Notas Explicativas**Provisão para créditos de liquidação duvidosa (“PDD”)**

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída com base na perda esperada, utilizando a abordagem simplificada de reconhecimento, baseada em histórico e probabilidade futura de inadimplência.

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa está demonstrada a seguir:

	Consumidores, concessionárias e permissionárias	Outros ativos (nota 11)	Total
Saldo em 31/12/2018	(71.829)	(2.702)	(74.531)
Provisão revertida (constituída) liquida	(33.323)	(87)	(33.410)
Recuperação de receita	12.254	-	12.254
Baixa de contas a receber provisionadas	11.470	-	11.470
Saldo em 31/03/2019	(81.427)	(2.789)	(84.216)

(7) TRIBUTOS A COMPENSAR

	31/03/2019	31/12/2018
<u>Circulante</u>		
Antecipações de contribuição social - CSLL	-	2.191
Antecipações de imposto de renda - IRPJ	-	8.151
Imposto de renda e contribuição social a compensar	11.473	1.110
Imposto de renda e contribuição social a compensar	11.473	11.452
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	17.733	5.546
ICMS a compensar	15.690	15.279
Programa de integração social - PIS	952	938
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	4.284	4.222
Outros	96	96
Outros tributos a compensar	38.754	26.081
Total circulante	50.227	37.533
<u>Não circulante</u>		
ICMS a compensar	25.214	24.637
Total não circulante	25.214	24.637

Notas Explicativas

(8) ATIVO E PASSIVO FINANCEIRO SETORIAL

A composição dos saldos e a movimentação do período do ativo e passivo financeiro setorial são como segue:

	Saldo em 31/12/2018			Receita operacional (nota 24)		Resultado financeiro (nota 27)	Saldo em 31/03/2019		
	Diferido	Homologado	Total	Constituição	Realização	Atualização monetária	Diferido	Homologado	Total
Parcela "A"	99.553	334.513	434.064	(94.475)	(114.543)	6.629	5.971	225.704	231.677
CVA (*)									
CDE (**)	40.813	35.138	75.950	(14.759)	(10.860)	937	26.596	24.673	51.269
Custos energia elétrica	35.145	185.046	220.191	(768)	(65.485)	4.043	34.749	123.232	157.981
ESS e EER (***)	(49.147)	(150.633)	(199.780)	(29.683)	51.120	(2.806)	(79.603)	(101.546)	(181.149)
Proinfa	-	2.881	2.881	5.156	(898)	91	5.218	2.012	7.230
Rede básica	(17.034)	24.439	7.405	4.757	(7.702)	73	(12.539)	17.072	4.533
Repasse de Itaipu	109.639	193.145	302.783	17.499	(66.795)	4.610	128.549	129.549	258.098
Transporte de Itaipu	2.546	10.366	12.912	1.160	(3.511)	181	3.747	6.994	10.742
Neutralidade dos encargos setoriais	(3.593)	(13.953)	(17.547)	(21.846)	4.257	(181)	(25.620)	(9.696)	(35.316)
Sobrecontratação	(18.816)	48.084	29.269	(55.992)	(14.670)	(318)	(75.126)	33.414	(41.711)
Outros componentes financeiros	(128.911)	(67.689)	(196.600)	(1.191)	20.651	(1.551)	(131.653)	(47.038)	(178.691)
Total	(29.358)	266.824	237.466	(95.666)	(93.892)	5.078	(125.682)	178.666	52.986
Ativo circulante			283.497						179.225
Passivo não circulante			(46.031)						(126.239)

(*) Conta de compensação da variação dos valores de itens da parcela "A"

(**) Conta de desenvolvimento energético

(***) Encargo do serviço do sistema ("ESS") e Encargo de energia de reserva ("EER")

Os detalhes sobre a natureza de cada ativo e passivo financeiro setorial estão descritos na nota 8 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2018.

(9) CRÉDITOS FISCAIS DIFERIDOS

9.1 - Composição dos créditos fiscais:

	31/03/2019	31/12/2018
Crédito (Débito) de contribuição social		
Benefício fiscal do intangível incorporado	9.921	10.180
Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis	3.458	(3.842)
Subtotal	13.379	6.338
Crédito (Débito) de imposto de renda		
Benefício fiscal do intangível incorporado	34.049	34.938
Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis	9.344	(10.935)
Subtotal	43.393	24.002
Total	56.773	30.340

A expectativa de recuperação dos créditos fiscais diferidos registrados no ativo não circulante, decorrentes de diferenças temporariamente indedutíveis, benefício fiscal do intangível incorporado.

9.2 – Benefício fiscal do intangível incorporado:

Refere-se ao benefício fiscal calculado sobre o intangível de aquisição incorporado e está registrado de acordo com os conceitos das Instruções CVM nº 319/1999 e nº 349/2001 e ICPC 09 (R2) – “Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial”. O benefício está sendo realizado de forma proporcional à amortização fiscal dos intangíveis incorporados que os originaram, conforme CPC 27 e CPC 04 (R1) – Esclarecimentos sobre os métodos aceitáveis de depreciação e amortização. No primeiro trimestre de 2019 e 2018 a taxa anual de amortização aplicada foi de 3,86%.

Notas Explicativas

9.3 - Saldos acumulados sobre diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis:

	31/03/2019		31/12/2018	
	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ
Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis				
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	9.078	25.218	9.744	27.067
Entidade de previdência privada	3.169	8.802	2.891	8.030
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	7.580	21.054	6.708	18.633
Provisão energia livre	2.024	5.622	1.994	5.538
Programas de P&D e eficiência energética	5.019	13.941	5.022	13.949
Provisão relacionada a pessoal	1.080	3.001	829	2.303
Derivativos	(9.121)	(25.337)	(17.862)	(49.617)
Registro da concessão - ajuste do intangível (CPC)	(1.051)	(2.919)	(1.078)	(2.996)
Registro da concessão - ajuste do ativo financeiro (CPC)	(31.731)	(88.141)	(30.849)	(85.693)
Perdas atuariais (CPC)	3.541	9.835	3.541	9.835
Instrumentos financeiros (CPC)	(1.375)	(3.818)	(1.156)	(3.212)
Outros	(181)	(765)	950	2.376
Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis - resultado abrangente acumulado				
Perdas atuariais (CPC)	15.425	42.850	15.425	42.850
Total	3.458	9.344	(3.842)	(10.935)

9.4 - Reconciliação dos montantes de contribuição social e imposto de renda registrados nos resultados dos trimestres findos em 31 de março de 2019 e 2018:

	1º Trimestre 2019		1º Trimestre 2018	
	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ
Lucro antes dos tributos	106.203	106.203	89.124	89.124
Ajustes para refletir a alíquota efetiva:				
Incentivos fiscais - PIIT (*)	-	-	(300)	(300)
Ajuste de receita de ultrapassagem e excedente de reativos	8.855	8.855	7.559	7.559
Outras adições (exclusões) permanentes líquidas	669	(1.872)	375	847
Base de cálculo	115.727	113.186	96.758	97.230
Alíquota aplicável	9%	25%	9%	25%
Total	(10.415)	(28.296)	(8.708)	(24.307)
Corrente	(17.678)	(48.302)	(9.865)	(27.206)
Diferido	7.263	20.006	1.157	2.899

(*) Programa de incentivo de inovação tecnológica

(10) ATIVO FINANCEIRO DA CONCESSÃO

Saldo em 31/12/2018	1.137.915
Transferência - ativo contratual	62.566
Ajuste ao valor justo	10.453
Baixas	(1.784)
Saldo em 31/03/2019	1.209.150

O saldo refere-se ao valor justo do ativo financeiro, correspondente ao direito estabelecido no contrato de concessão de energia, de receber caixa via indenização, no momento da reversão dos ativos ao Poder Concedente ao término da concessão, mensurados a valores justos. Adicionalmente a diferença para ajustar o saldo ao valor justo (valor novo de reposição "VNR") é registrada como contrapartida na conta de receita operacional (nota 24) no resultado do período.

Notas Explicativas**(11) OUTROS ATIVOS**

	Circulante		Não circulante	
	31/03/2019	31/12/2018	31/03/2019	31/12/2018
Adiantamentos - Fundação CESP	974	530	678	678
Adiantamentos - fornecedores	1.415	1.031	-	-
Cauções, fundos e depósitos vinculados	-	-	-	6.804
Ordens em curso	15.188	24.840	-	-
Serviços prestados a terceiros	2.193	1.679	-	-
Despesas antecipadas	15.104	55.516	838	932
Contas a receber - CDE	19.390	14.676	-	-
Adiantamentos a funcionários	6.035	2.943	-	-
Arrendamentos e aluguéis de postes	7.946	5.277	-	-
Faturas Diversas	3.452	2.584	-	-
Outros	12.405	17.709	-	-
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa (nota 6)	(2.789)	(2.702)	-	-
Total	81.313	124.083	1.516	8.413

Contas a receber – CDE – Refere-se às: (i) subvenções de baixa renda no montante de R\$ 1.323 (R\$ 1.396 em 31 de dezembro de 2018) (nota 24.3), (ii) outros descontos tarifários concedidos aos consumidores no montante de R\$ 18.051 (R\$ 13.269 em 31 de dezembro de 2018) (nota 24.3) e (iii) descontos tarifários - liminares no montante de R\$ 16 (R\$ 11 em 31 de dezembro de 2018) (nota 24.3).

No primeiro trimestre de 2019 a Companhia efetuou o encontro de contas no montante a pagar de CDE (nota 17) e o contas a receber – CDE no montante de R\$ 35 (nota 24.3).

(12) INTANGÍVEL

	Direito de concessão Infraestrutura de distribuição - em serviço
Saldo em 31/12/2018	772.607
Custo histórico	2.108.934
Amortização acumulada	(1.336.327)
Amortização	(26.977)
Transferência do ativo contratual	43.994
Baixa e transferência - outros ativos	(2.573)
Saldo em 31/03/2019	787.050
Custo histórico	2.129.379
Amortização acumulada	(1.342.329)

Os valores de amortização dos ativos intangíveis de infraestrutura de distribuição estão registrados na demonstração do resultado na rubrica de “amortização”.

Notas Explicativas**(13) ATIVO CONTRATUAL**

Saldo em 31/12/2018	218.331
Adições	67.109
Transferência para intangível em serviço	(43.994)
Transferência - ativo financeiro	(62.566)
Saldo em 31/03/2019	178.879

Referem-se aos ativos de infraestrutura da concessão durante o período de construção.

(14) FORNECEDORES

	<u>31/03/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Encargos de serviço do sistema	-	10.944
Suprimento de energia elétrica	434.285	230.946
Encargos de uso da rede elétrica	56.754	38.645
Materiais e serviços	73.683	61.789
Energia livre	41.945	41.320
Total	606.666	383.644

(15) EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

A movimentação dos empréstimos e financiamentos está demonstrada a seguir:

Modalidade	Saldo em 31/12/2018	Captação	Amortização principal	Encargos, atualização monetária e marcação a mercado	Atualização cambial	Encargos pagos	Saldo em 31/03/2019
Mensuradas ao custo							
Moeda nacional							
Pré Fixado	61.108	-	(4.811)	598	-	(593)	56.302
Pós Fixado							
TJLP	56.290	-	(6.889)	1.202	-	(1.074)	49.529
IPCA/TLP	176.027	-	-	3.008	-	(1.751)	177.284
Selic	30.149	-	(2.336)	631	-	(184)	28.261
CDI	-	125.000	-	1.891	-	-	126.891
Total ao custo	323.574	125.000	(14.036)	7.330	-	(3.602)	438.267
Gastos com captação (*)	(5.315)	(182)	-	202	-	-	(5.295)
Mensuradas ao valor justo							
Moeda estrangeira							
Dólar	871.855	-	(308.297)	6.756	6.789	(6.716)	570.387
Euro	104.281	-	-	196	463	(198)	104.742
Marcacão a mercado	(15.712)	-	-	3.937	-	-	(11.775)
Total ao valor justo	960.424	-	(308.297)	10.889	7.252	(6.914)	663.354
Total	1.278.683	124.818	(322.333)	18.421	7.252	(10.516)	1.096.325
Circulante	472.957						409.857
Não Circulante	805.726						686.468

(*) Conforme CPC 48, referem-se aos custos de captação diretamente atribuíveis a emissão das respectivas dívidas.

Notas Explicativas

Os detalhes dos empréstimos e financiamentos estão demonstrados a seguir:

Modalidade	Encargos financeiros anuais	31/03/2019	31/12/2018	Faixa de vencimento	Garantia
Mensuradas ao custo - Moeda Nacional					
Pré fixado					
FINEM	Pré fixado de 2,5% a 8% (a)	53.296	57.101	2011 a 2024	Fiança da SGBP, CPFL Energia e recebíveis
FINAME	Pré fixado de 4,5%	3.006	4.007	2012 a 2019	Aval da CPFL Energia
		<u>56.302</u>	<u>61.108</u>		
Pós fixado					
TJLP					
FINEM	TJLP + de 2,06% a 3,08% (b)	49.529	56.290	2012 a 2022	Fiança da SGBP, CPFL Energia e recebíveis
		<u>49.529</u>	<u>56.290</u>		
IPCA/TLP					
FINEM	IPCA + 4,80% (b)	177.284	176.027	2020 a 2028	Fiança da CPFL Energia e recebíveis
		<u>177.284</u>	<u>176.027</u>		
SELIC					
FINEM	SELIC + 2,62% a 2,66% (c)	28.261	30.149	2016 a 2022	Fiança da SGBP, CPFL Energia e recebíveis
		<u>28.261</u>	<u>30.149</u>		
CDI					
Nota Promissória	103,4% CDI (c)	126.891	-	2019	Fiança da CPFL Energia
		<u>126.891</u>	<u>-</u>		
Total moeda nacional		<u>438.267</u>	<u>323.574</u>		
Gastos com captação (*)		(5.295)	(5.315)		
Mensuradas ao valor justo - Moeda Estrangeira					
Dólar					
Empréstimos bancários (Lei 4.131)	US\$ + Libor 3 meses + de 0,95% a 1,41%	390.313	697.437	2018 a 2021	Aval da CPFL Energia e nota promissória
Empréstimos bancários (Lei 4.131)	US\$ + 3,27%	180.075	174.417	2021	Aval da CPFL Energia e nota promissória
		<u>570.387</u>	<u>871.855</u>		
Euro					
Empréstimos bancários (Lei 4.131)	Euro + de 0,80%	104.742	104.281	2021	Aval da CPFL Energia e nota promissória
		<u>104.742</u>	<u>104.281</u>		
Marcação a mercado		(11.775)	(15.712)		
Total moeda estrangeira		<u>663.354</u>	<u>960.424</u>		
Total		<u>1.096.325</u>	<u>1.278.683</u>		

(*) Conforme CPC 48, referem-se aos custos de captação diretamente atribuíveis a emissão das respectivas dívidas.

Os empréstimos bancários em moeda estrangeira possuem swap convertendo variação cambial para variação de taxa de juros. Para mais informações sobre as taxas consideradas, vide nota 30.

Taxa efetiva:

(a) De 30% a 70% do CDI (b) De 60% a 110% do CDI (c) De 100% a 130% do CDI

Conforme segregado nos quadros acima, a Companhia, em consonância com o CPC 48, classificou suas dívidas como (i) passivos financeiros mensurados ao custo amortizado e (ii) passivos financeiros mensurados ao valor justo contra resultado.

A classificação como passivos financeiros dos empréstimos e financiamentos mensurados ao valor justo, tem o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas oriundas da marcação a mercado dos derivativos de proteção, atrelados às respectivas dívidas, de modo a obter uma informação contábil mais relevante e consistente, reduzindo o descasamento contábil. Em 31 de março de 2019, o saldo da dívida designada ao valor justo totalizava R\$ 663.354 (R\$ 960.424 em 31 de dezembro de 2018).

As mudanças dos valores justos destas dívidas são reconhecidas no resultado financeiro da Companhia, exceto pela variação no valor justo em função risco de crédito que é registrado em outros resultados abrangentes. Em 31 de março de 2019 os ganhos acumulados obtidos na marcação a mercado das referidas dívidas foram de R\$ 11.775 (R\$ 15.712 em 31 de dezembro de 2018), que compensados pelas perdas obtidas com a marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos de R\$ 4.440 (R\$ 7.929 em 31 de dezembro de 2018), contratados para proteção da variação cambial (nota 30), geraram um ganho total líquido de R\$ 7.335 (R\$ 7.783 em 31 de dezembro de 2018).

Notas Explicativas

Os saldos de principal dos empréstimos e financiamentos registrados no passivo não circulante, têm vencimentos assim programados:

<u>Ano de vencimento</u>	
A partir de 01/04/2020	148.852
2021	389.393
2022	36.901
2023	24.732
2024	21.902
2025 a 2028	73.354
Subtotal	695.134
Marcação a mercado	(8.667)
Total	686.468

Moeda nacional:

No primeiro trimestre de 2019, foram emitidas notas promissórias, no montante total de R\$ 125.000 (124.819 líquido dos gastos de captação). Os recursos obtidos serão destinados para reforço de capital de giro. O principal e os juros serão pagos em parcela única em dezembro de 2019.

Condições restritivas

Os empréstimos e financiamentos obtidos pela Companhia exigem o cumprimento de algumas cláusulas restritivas financeiras, sob pena de limitação à distribuição de dividendos, e/ou antecipação de vencimento das dívidas vinculadas. Ainda, o não cumprimento das obrigações ou restrições mencionadas pode ocasionar a inadimplência em relação a outras obrigações contratuais (*cross default*), dependendo de cada contrato de empréstimo e financiamento. Adicionalmente, os empréstimos e financiamentos contêm cláusulas restritivas não financeiras, as quais estão atendidas conforme o último período de apuração.

Para os empréstimos e financiamentos contratados ou com liberações de recursos ocorridas em 2019, alguns têm cláusulas restritivas relacionadas a indicadores financeiros, como seguem:

Índices exigidos nas demonstrações financeiras consolidadas da controladora CPFL Energia

- Dívida Líquida dividida pelo EBITDA menor ou igual a 3,75.
- EBITDA dividido pelo resultado financeiro maior ou igual a 2,25

Para os demais empréstimos e financiamentos, os detalhes das condições restritivas estão apresentados nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2018.

A Administração da Companhia monitora esses índices de forma sistemática e constante, de forma que as condições sejam atendidas. No entendimento da Administração da Companhia, todas as condições restritivas e cláusulas financeiras e não financeiras estão adequadamente atendidas.

Notas Explicativas

(16) DEBÊNTURES

A movimentação das debêntures está demonstrada a seguir:

Modalidade	Saldo em 31/12/2018	Amortização principal	Encargos, atualização monetária e marcação a mercado	Encargos pagos	Saldo em 31/03/2019
Mensuradas ao custo - Pós fixado					
CDI	595.777	(39.415)	9.276	(19.990)	545.648
IPCA	64.775	-	1.567	(1.666)	64.676
Total ao custo	660.552	(39.415)	10.843	(21.656)	610.324
Gastos com captação (*)	(7.074)	-	356	-	(6.718)
Mensuradas ao valor justo - Pós fixado					
IPCA	201.913	-	5.027	(4.966)	201.974
Marcação a mercado	3.489	-	1.604	-	5.093
Total ao valor justo	205.402	-	6.631	(4.966)	207.067
Total	858.878	(39.415)	17.830	(26.622)	810.672
Circulante	60.508				46.756
Não circulante	798.370				763.916

(*) Conforme CPC 48, referem-se aos custos de captação diretamente atribuíveis a emissão das respectivas dívidas.

Os detalhes das debêntures estão demonstrados a seguir:

Modalidade	Encargos financeiros anuais		31/03/2019	31/12/2018	Faixa de vencimento	Garantia
Mensuradas ao custo - Pós fixado						
CDI	109,5 % do CDI CDI + 0,48% a 0,83%	(a)	545.648	595.777	2018 a 2022	Fiança da CPFL Energia
IPCA	IPCA + de 5,2901%	(b)	64.676	64.775	2023 a 2024	Fiança da CPFL Energia
Total mensuradas ao custo			610.324	660.552		
	Gastos com captação (*)		(6.718)	(7.074)		
Mensuradas ao valor justo - Pós fixado						
IPCA	IPCA + 5,80%	(b)	201.974	201.913	2024 a 2025	Fiança da CPFL Energia
Marcação a mercado			5.093	3.489		
Total mensuradas ao valor justo			207.067	205.402		
Total			810.672	858.878		

(*) Conforme CPC 48, referem-se aos custos de captação diretamente atribuíveis a emissão das respectivas dívidas.

Algumas debêntures possuem swap convertendo variação de IPCA para variação de CDI. Para mais informações sobre as taxas consideradas, vide nota 30.

Taxa efetiva a.a.:

(a) De 106,2% a 110,77% do CDI | CDI + 0,89%

(b) IPCA +5,42 a 6,31%

Conforme segregado no quadro acima, a Companhia classifica suas debêntures como (i) passivos financeiros mensurados ao custo amortizado e (ii) passivos financeiros mensurados ao valor justo contra resultado.

A classificação como passivos financeiros de debêntures mensurados ao valor justo, tem o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas oriundas da marcação a mercado dos derivativos de proteção, atrelados às respectivas debêntures, de modo reduzir o descasamento contábil. Em 31 de março de 2019, o saldo da debênture designada ao valor justo totalizava R\$ 207.067 (R\$ 205.402 em 31 de dezembro de 2018).

As mudanças dos valores justos destas debêntures são reconhecidas no resultado financeiro da Companhia, exceto pelo componente de cálculo de risco de crédito que é registrado em outros resultados abrangentes. Em 31 de março de 2019 as perdas acumuladas obtidas na

Notas Explicativas

marcação a mercado das referidas debêntures foram de R\$ 5.093 (R\$ 3.489 em 31 de dezembro de 2018), que compensados pelos ganhos obtidos com a marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos de R\$ 14.416 (R\$ 9.936 em 31 de dezembro de 2018), contratados para proteção da variação de taxa de juros (nota 30), geraram um ganho total líquido de R\$ 9.323 (R\$ 6.447 em 31 de dezembro de 2018).

O saldo de principal de debêntures registrado no passivo não circulante tem seus vencimentos assim programados:

<u>Ano de vencimento</u>	
2021	373.770
2022	122.112
2023	31.334
2024	131.352
2025	100.256
Subtotal	758.824
Marcação a mercado	5.093
Total	763.916

Condições restritivas

As debêntures estão sujeitas a certas condições restritivas que contemplam cláusulas que requerem da Companhia a manutenção de determinados índices financeiros em parâmetros pré-estabelecidos. Adicionalmente, os referidos contratos de debêntures contêm cláusulas restritivas não financeiras, as quais estão atendidas conforme o último período de apuração.

Os detalhes das condições restritivas estão apresentados nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2018.

A Administração da Companhia monitora esses índices de forma sistemática e constante, de forma que as condições sejam atendidas. No entendimento da Administração da Companhia, todas as condições restritivas estão adequadamente atendidas.

(17) ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA

A Companhia mantém planos de suplementação de aposentadoria e pensões para seus empregados, cujas características estão descritas na nota 16 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2018.

17.1 – Movimentações do plano de benefício definido

As movimentações ocorridas no período, no passivo líquido são as seguintes:

Passivo atuarial líquido em 31/12/2018	210.744
Despesas (receitas) reconhecidas na demonstração do resultado	5.678
Contribuições da patrocinadora vertidas no período	(7.211)
Passivo atuarial líquido em 31/03/2019	209.211
Outras contribuições	698
Total passivo	209.909
Circulante	25.712
Não circulante	184.197

Notas Explicativas

As despesas reconhecidas como custo da operação estão demonstradas abaixo:

	<u>1º Trimestre 2019</u>	<u>1º Trimestre 2018</u>
Custo do serviço	1.362	1.091
Juros sobre obrigações atuariais	31.265	28.657
Rendimento esperado dos ativos do plano	(26.949)	(25.655)
Total da despesa (receita)	<u>5.678</u>	<u>4.093</u>

As principais premissas consideradas no cálculo atuarial, com base nos laudos atuariais preparados para as datas-base de 31 de dezembro de 2018 e 2017, foram:

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Taxa de desconto nominal para a obrigação atuarial:	9,10% a.a.	9,51% a.a.
Taxa de rendimento nominal esperada sobre os ativos do plano:	9,10% a.a.	9,51% a.a.
Índice estimado de aumento nominal dos salários:	6,39% a.a.	6,39% a.a.
Índice estimado de aumento nominal dos benefícios:	4,00% a .a.	4,00% a .a.
Taxa estimada de inflação no longo prazo (base para taxas nominais acima):	4,00% a.a.	4,00% a.a.
Tábua biométrica de mortalidade geral:	AT-2000 (-10)	AT-2000 (-10)
Tábua biométrica de entrada em invalidez:	Light frac	Light frac
Taxa de rotatividade esperada:	ExpR_2012	ExpR_2012
Probabilidade de ingresso na aposentadoria:	Após 15 anos de filiação e 35 anos de serviço para homens e 30 anos para mulheres	100% na primeira elegibilidade a um benefício pelo Plano

(18) TAXAS REGULAMENTARES

	<u>31/03/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Taxa de fiscalização da ANEEL - TFSEE	360	360
Conta de desenvolvimento energético - CDE (nota 24.5)	20.658	-
Bandeiras tarifárias e outros	230	21.928
Total	<u>21.248</u>	<u>22.288</u>

Conta de desenvolvimento energético – CDE – Refere-se a quota mensal de R\$ 20.658 homologada pela ANEEL destinada à devolução do aporte da Conta no Ambiente de Contratação Regulada (“conta ACR”) do período de fevereiro a dezembro de 2014.

No primeiro trimestre de 2019 a Companhia efetuou o encontro de contas do montante a pagar de CDE e o contas a receber – CDE (nota 11) no valor de R\$ 35.

Bandeiras tarifárias e outros – Refere-se basicamente ao montante a ser repassado para a Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias (“CCRBT”), cujo valor a receber foi registrado através da emissão das faturas de energia (nota 24.4)

Notas Explicativas**(19) IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER**

	31/03/2019	31/12/2018
Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ	13.695	-
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	5.073	-
Imposto de renda e contribuição social a recolher	18.769	-
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS	105.572	98.681
Programa de integração social - PIS	4.878	4.589
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	22.499	21.178
Outros	5.430	6.024
Outros impostos, taxas e contribuições a recolher	138.380	130.472
Total	157.149	130.472

(20) PROVISÕES PARA RISCOS FISCAIS, CÍVEIS E TRABALHISTAS E DEPÓSITOS JUDICIAIS

	31/03/2019		31/12/2018	
	Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	Depósitos judiciais	Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	Depósitos judiciais
Trabalhistas	32.390	12.019	33.586	11.755
Cíveis	24.712	31.291	32.595	30.323
Fiscais				
Imposto de renda	152.948	164.644	151.811	163.410
Outras	40.798	8.179	38.008	7.953
	193.746	172.822	189.819	171.363
Outros	2.344	-	3.543	-
Total	253.192	216.132	259.544	213.440

A movimentação das provisões para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e outros, está demonstrada a seguir:

	Saldo em 31/12/2018	Adições	Reversões	Pagamentos	Atualização monetária	Saldo em 31/03/2019
Trabalhistas	33.586	1.510	(2.394)	(1.504)	1.192	32.390
Cíveis	32.595	3.076	(238)	(11.657)	934	24.712
Fiscais	189.819	1.203	-	(7)	2.731	193.746
Outros	3.543	-	(307)	(932)	41	2.344
Total	259.544	5.790	(2.939)	(14.101)	4.898	253.192

As provisões para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e outros foram constituídas com base em avaliação dos riscos de perdas em processos em que a Companhia é parte, cuja probabilidade de perda é provável na opinião dos assessores legais externos e da Administração da Companhia.

Os detalhes da natureza das provisões para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas, outros e depósitos judiciais estão apresentados na nota 19 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2018.

Notas Explicativas

Perdas possíveis

A Companhia é parte em outros processos e riscos, nos quais a Administração, suportada por seus consultores jurídicos externos, acredita que as chances de êxito são possíveis devido a uma base sólida de defesa para os mesmos, e, por este motivo, nenhuma provisão sobre os mesmos foi constituída. Estas questões não apresentam, ainda, tendência nas decisões por parte dos tribunais ou qualquer outra decisão de processos similares consideradas como prováveis ou remotas

As reclamações relacionadas a perdas possíveis, em 31 de março de 2019 e 31 de dezembro de 2018 estavam assim representadas:

	31/03/2019	31/12/2018	Principais causas
Trabalhistas	86.661	86.811	Acidentes de trabalho, adicional de periculosidade e horas extras
Cíveis	159.268	152.951	Danos pessoais e majoração tarifária
Fiscais	530.487	546.648	INSS, ICMS, FINSOCIAL, PIS e COFINS, Imposto de Renda e Contribuição Social
Regulatório	3.725	3.899	Processos de fiscalização técnica, comercial e econômico-financeira
Total	780.142	790.309	

No tocante às contingências trabalhistas, a Companhia informa que, conforme descrito na nota 19 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2018, há discussão a respeito da possibilidade de alteração do índice de correção adotado pela Justiça do Trabalho, sendo que o status da discussão não foi alterado desde então e o risco permanece como possível.

A Administração da Companhia, baseada na opinião de seus assessores legais externos, acredita que os montantes provisionados refletem a melhor estimativa corrente.

(21) OUTRAS CONTAS A PAGAR

	Circulante		Não circulante	
	31/03/2019	31/12/2018	31/03/2019	31/12/2018
Consumidores e concessionárias	10.314	10.433	-	-
Programa de eficiência energética - PEE	26.675	26.409	8.761	16.887
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	16.988	20.803	16.434	10.882
EPE / FNDCT / PROCEL (*)	5.708	6.872	-	-
Fundo de reversão	1.527	1.527	10.551	10.933
Adiantamentos	1.827	1.771	79	94
Descontos tarifários - CDE	6.183	9.275	-	-
Juros sobre empréstimo compulsório	146	146	-	-
Folha de pagamento	1.546	2.207	-	-
Participação nos lucros	12.519	10.027	1.177	1.822
Convênios de arrecadação	15.349	14.566	-	-
Outros	5.431	4.895	-	-
Total	104.214	108.932	37.003	40.618

(*) EPE - Empresa de Pesquisa Energética, FNDCT - Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico e PROCEL - Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica.

(22) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

A participação dos acionistas no patrimônio da Companhia em 31 de março de 2019 e 31 de dezembro de 2018 está assim distribuída:

Acionistas	Quantidade de ações		
	Ordinárias	Total	%
CPFL Energia S/A	53.096.770.180	53.096.770.180	100,00
Total	53.096.770.180	53.096.770.180	100,00

Notas Explicativas

Os detalhes dos itens incluídos no patrimônio líquido estão descritos nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2018.

(23) LUCRO POR AÇÃO

23.1 - Lucro por ação – básico e diluído

O cálculo do lucro por ação básico e diluído para os trimestres findos em 31 de março de 2019 e 2018 foi baseado no lucro líquido do período atribuível aos acionistas controladores e o número de ações ordinárias em circulação durante os períodos apresentados.

	1º Trimestre 2018	1º Trimestre 2018
Numerador		
Lucro líquido do período atribuído aos acionistas controladores	67.491	56.108
Denominador		
Ações em poder dos acionistas - ações ordinárias (mil)	53.096.770	53.096.770
Lucro líquido básico e diluído por lote de mil ações ordinárias - R\$	1,27	1,06

Nos trimestres findos em 31 de março de 2019 e 2018 a Companhia não possuía instrumentos conversíveis em ação que gerassem impacto diluidor no lucro por ação.

(24) RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	Nº de Consumidores		GWh		R\$ mil	
	31/03/2019	31/03/2018	1º Trimestre 2019	1º Trimestre 2018	1º Trimestre 2019	1º Trimestre 2018
Receita de operações com energia elétrica						
Classe de consumidores						
Residencial	1.653.143	1.620.281	1.135	1.042	840.855	654.139
Industrial	6.227	6.344	259	287	163.208	156.891
Comercial	82.056	82.367	506	477	336.991	275.306
Rural	7.314	7.255	30	27	13.313	10.416
Poderes públicos	8.165	8.151	58	56	36.491	30.321
Iluminação pública	2.201	2.142	81	81	31.474	27.151
Serviço público	1.199	1.180	87	56	44.462	26.588
Fornecimento faturado	1.760.305	1.727.720	2.156	2.025	1.466.795	1.180.812
Consumo próprio	153	140	2	1	-	-
Fornecimento não faturado (líquido)	-	-	-	-	14.258	33.872
(-) Transferência da receita relacionada à disponibilidade da rede elétrica ao consumidor cativo	-	-	-	-	(552.779)	(431.274)
Fornecimento de energia elétrica	1.760.458	1.727.860	2.157	2.026	928.274	783.410
Outras concessionárias, permissionárias e autorizadas			284	30	96.466	9.785
(-) Transferência da receita relacionada à disponibilidade da rede elétrica ao consumidor cativo			-	-	(2.882)	(2.809)
Energia elétrica de curto prazo			312	-	84.172	2.159
Suprimento de energia elétrica			596	30	177.756	9.135
Receita pela disponibilidade da rede elétrica - TUSD consumidor cativo					555.661	434.084
Receita pela disponibilidade da rede elétrica - TUSD consumidor livre					187.285	150.019
(-) Compensação pelo não cumprimento de indicadores técnicos					(3.613)	(1.790)
Receita de construção da infraestrutura de concessão					72.044	41.665
Ativo e passivo financeiro setorial (nota 8)					(189.558)	42.159
Atualização do ativo financeiro da concessão (nota 10)					9.793	9.802
Aporte CDE - baixa renda, demais subsídios tarifários e descontos tarifários - liminares					38.569	32.177
Outras receitas e rendas					16.147	19.861
Outras receitas operacionais					686.328	727.977
Total da receita operacional bruta					1.792.358	1.520.521
Deduções da receita operacional						
ICMS					(323.435)	(257.344)
PIS					(28.156)	(24.159)
COFINS					(129.686)	(111.276)
ISS					(26)	(22)
Conta de desenvolvimento energético - CDE					(210.107)	(191.106)
Programa de P & D e eficiência energética					(10.239)	(8.655)
PROINFRA					(10.550)	(9.770)
Bandeiras tarifárias e outros					18.541	(272)
Outros					(1.081)	(907)
					(694.739)	(603.511)
Receita operacional líquida					1.097.619	917.011

24.1 - Ajuste de receita de ultrapassagem e excedente de reativos

As informações referentes à contabilização e histórico estão descritas na nota 23.1 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2018.

Notas Explicativas

24.2 - Revisão Tarifária Periódica (“RTP”), Reajuste Tarifário Anual (“RTA”) e Revisão Tarifária Extraordinária (“RTE”)

Em 16 de outubro de 2018, a ANEEL aprovou o Reajuste Tarifário Anual (“RTA”) de 2018 da Companhia. As tarifas foram, em média, reajustadas em 20,01%, sendo 8,83% relativos ao reajuste econômico e 11,18% referentes aos componentes financeiros, em relação às tarifas de base econômica definidas no último evento tarifário ordinário (RTA/2017). O efeito médio percebido pelos consumidores é de 19,25% (conforme divulgado na REH), quando comparado às tarifas de aplicação definidas no RTA ocorrido em outubro de 2017. As novas tarifas têm vigência de 23 de outubro de 2018 a 22 de outubro de 2019.

Em 17 de outubro de 2017, a ANEEL aprovou o Reajuste Tarifário Anual (“RTA”) de 2017 da Companhia. As tarifas foram, em média, reajustadas em 7,69%, sendo 6,33% relativos ao reajuste econômico e 1,37% referentes aos componentes financeiros, em relação ao último evento tarifário ordinário (RTA/2016). O efeito médio a ser percebido pelos consumidores é de 17,28% (conforme divulgado na Resolução Homologatória), quando comparado ao RTA ocorrido em outubro de 2016. As novas tarifas têm vigência de 23 de outubro de 2017 a 22 de outubro de 2018.

A ANEEL aprovou por meio da Resolução Homologatória nº 2.214, de 28 de março de 2017 a republicação das Tarifas de Energia – TE e Tarifas de Uso dos Sistemas de Distribuição – TUSD, com o objetivo de devolução da previsão do EER da central geradora UTN Almirante Álvaro Alberto – Unidade III (Angra III). O efeito médio percebido pelos consumidores foi negativo de -6,8% (conforme divulgado pela própria ANEEL). As tarifas resultantes desta reversão ficaram vigentes somente em abril de 2017, no entanto, como o período de leitura do faturamento de cada unidade consumidora não coincide com o mês civil, essa redução se deu na receita faturada de abril e maio de 2017, tendo seu impacto diluído entre os dois períodos.

24.3 – Aporte CDE – baixa renda, demais subsídios tarifários e descontos tarifários – liminares

Todos os detalhes referentes ao aporte de CDE estão detalhados nas notas 23.3 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2018.

No primeiro trimestre de 2019, foi registrada receita de R\$ 38.569 (R\$ 32.177 no primeiro trimestre de 2018), sendo (i) R\$ 1.850 (R\$ 2.180 no primeiro trimestre de 2018) referentes à subvenção baixa renda, (ii) R\$ 35.225 (R\$ 29.973 no primeiro trimestre de 2018) referentes a outros descontos tarifários e (iii) R\$ 40 (R\$ 24 no primeiro trimestre de 2018) de desconto tarifário – liminares e (iv) R\$ 1.454 de subvenção CCRBT. Estes itens foram registrados em contrapartida a outros ativos na rubrica contas a receber – CDE (nota 11) e outras contas a pagar na rubrica descontos tarifários – CDE (nota 21).

24.4 - Bandeiras tarifárias

O sistema de aplicação das Bandeiras Tarifárias está descrito na nota 23.4 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2018.

No primeiro trimestre de 2019, foram homologados pela ANEEL os meses de novembro e dezembro de 2018 e janeiro de 2019. A bandeira faturada neste período foi de R\$ 18.758, e o valor recebido pela Companhia da CCRBT foi de R\$ 1.455, totalizando R\$ 20.213 utilizados para compensar parte do ativo financeiro setorial (nota 8). O montante de R\$ 230, referente a Bandeira Tarifária faturada de fevereiro e março de 2019 não foi homologado e está registrado em taxas regulamentares (nota 18).

24.5 – Conta de desenvolvimento energético (“CDE”)

A ANEEL, por meio da Resolução Homologatória (“REH”) nº 2.510, de 18 de dezembro de

Notas Explicativas

2018, estabeleceu as quotas anuais definitivas da CDE vigentes para o ano de 2019. Essas quotas contemplam: (i) quota CDE – USO; e (ii) quota CDE – Energia (parcelas finais com pagamentos encerrados em março de 2019), referente a parte dos aportes CDE recebidos pelas concessionárias de distribuição de energia elétrica no período de janeiro de 2013 a janeiro de 2014, recolhida dos consumidores e repassadas à Conta CDE a partir da RTE de 2015. Adicionalmente, por meio da REH nº 2.521 de 20 de março de 2019, a ANEEL estabeleceu a antecipação do pagamento da quota destinada à amortização da Conta ACR, devido à existência de saldo positivo na conta, com recolhimento e repasse à Conta CDE para o período de março de 2019 a agosto de 2019, revogando a resolução REH nº 2.231 de 2017 anteriormente vigente.

(25) CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA

	GWh		R\$ mil	
	1º Trimestre 2019	1º Trimestre 2018	1º Trimestre 2019	1º Trimestre 2018
Energia comprada para revenda				
Energia de Itaipu Binacional	513	524	124.142	106.955
PROINFA	44	45	20.293	15.997
Energia adquirida através de leilão no ambiente regulado, contratos bilaterais e energia de curto prazo	2.599	1.916	589.367	408.607
Crédito de PIS e COFINS	-	-	(64.763)	(46.686)
Subtotal	3.156	2.485	669.039	484.872
Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição				
Encargos da rede básica			84.312	123.448
Encargos de transporte de itaipu			12.544	11.903
Encargos de conexão			6.535	5.616
Encargos de uso do sistema de distribuição			4.093	4.736
Encargos de serviço do sistema - ESS líquido do repasse da CONER (*)			(6.875)	8.081
Encargos de energia de reserva - EER			-	11.451
Crédito de PIS e COFINS			(9.306)	(15.284)
Subtotal			91.303	149.951
Total			760.342	634.823

(*) Conta de energia de reserva

(26) OUTROS CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	Custo de operação				Custo do serviço prestado a terceiros		Despesas Operacionais						Total	
	Custo de operação		Custo do serviço prestado a terceiros		Vendas		Gerais e administrativas		Outros		Total		Total	
	1º Trimestre 2019	1º Trimestre 2018	1º Trimestre 2019	1º Trimestre 2018	1º Trimestre 2019	1º Trimestre 2018	1º Trimestre 2019	1º Trimestre 2018	1º Trimestre 2019	1º Trimestre 2018	1º Trimestre 2019	1º Trimestre 2018	1º Trimestre 2019	1º Trimestre 2018
Pessoal	23.373	24.569	-	-	5.281	4.840	5.788	5.991	-	-	34.442	35.399		
Entidade de previdência privada	5.678	4.093	-	-	-	-	-	-	-	-	5.678	4.093		
Material	6.225	4.712	48	17	146	108	(12)	709	-	-	6.406	5.545		
Serviços de terceiros	13.365	12.827	72	48	11.929	10.328	12.232	12.502	-	-	37.598	35.705		
Custos com construção da infraestrutura	-	-	72.044	41.665	-	-	-	-	-	-	72.044	41.665		
Outros	(161)	91	(1)	-	3.026	3.567	8.587	4.441	5.442	2.901	16.993	11.000		
Taxa de arrecadação	-	-	-	-	4.086	3.481	-	-	-	-	4.086	3.481		
Arrendamentos e alugueis	-	-	-	-	-	-	1.272	1.075	-	-	1.272	1.075		
Publicidade e propaganda	-	-	-	-	-	-	500	195	-	-	500	195		
Legais, judiciais e indenizações	-	-	-	-	-	-	3.940	1.899	-	-	3.940	1.899		
Doações, contribuições e subvenções	-	-	-	-	-	-	133	146	-	-	133	146		
Perda (ganho) na alienação, desativação e outros de ativos não circulante	-	-	-	-	-	-	-	-	5.138	2.912	5.138	2.912		
Outros	(161)	91	(1)	-	(1.060)	86	2.842	1.126	304	(11)	1.924	1.292		
Total	48.479	46.291	72.163	41.730	20.383	18.842	26.595	23.642	5.442	2.900	173.062	133.405		

Notas Explicativas**(27) RESULTADO FINANCEIRO**

	<u>1º Trimestre 2019</u>	<u>1º Trimestre 2018</u>
Receitas		
Rendas de aplicações financeiras	2.822	2.716
Acréscimos e multas moratórias	14.192	11.975
Atualização de créditos fiscais	-	19
Atualização de depósitos judiciais	1.860	1.905
Atualizações monetárias e cambiais	1.068	1.944
Deságio na aquisição de crédito de ICMS	2.430	263
Atualizações de ativo financeiro setorial (nota 8)	5.078	-
PIS e COFINS - sobre outras receitas financeiras	(1.574)	(1.610)
Outros	1.424	1.770
Total	27.300	18.982
Despesas		
Encargos de dívidas	(27.772)	(23.585)
Atualizações monetárias e cambiais	(9.268)	(15.056)
(-) Juros capitalizados	1.272	794
Atualizações de passivo financeiro setorial (nota 8)	-	(2.049)
Outros	(1.479)	(3.731)
Total	(37.249)	(43.627)
Resultado financeiro	(9.948)	(24.646)

As rubricas de atualizações monetárias e cambiais contempla os efeitos de ganhos com instrumentos derivativos no montante de R\$ 14.676 no primeiro trimestre de 2019 (R\$ 13.741 no primeiro trimestre de 2018) (nota 30).

(28) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Companhia tem como controladora a CPFL Energia, que possuía em 31 de março de 2019, as seguintes empresas como acionistas controladores:

- State Grid Brazil Power Participações S.A. (“SGBP”)

Companhia controlada indiretamente pela State Grid Corporation of China, companhia estatal chinesa cujo principal negócio é desenvolver e operar empresas no setor energético.
- ESC Energia S.A.

Companhia controlada pela SGBP.

Foram considerados como partes relacionadas os acionistas controladores e coligadas, entidades sob o controle comum e que de alguma forma exerçam influências significativas sobre a Companhia.

As principais naturezas e transações estão descritas na nota 27 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2018.

Para zelar para que as operações comerciais com partes relacionadas sejam realizadas em condições usuais de mercado, a controladora CPFL Energia possui um “Comitê de Partes Relacionadas”, formado por representantes dos acionistas controladores, da controladora e por um membro independente, que analisa as principais transações comerciais efetuadas com partes relacionadas.

A Administração considerou a proximidade de relacionamento com as partes relacionadas associada a outros fatores para determinar o nível de detalhes de divulgação das transações e acredita que as informações relevantes sobre as transações com partes relacionadas estão

Notas Explicativas

adequadamente divulgadas.

A remuneração total do pessoal-chave da administração no primeiro trimestre de 2019, conforme requerido pela Deliberação CVM nº 560/2008 foi de R\$ 930 (R\$ 760 no primeiro trimestre de 2018). Este valor é composto por R\$ 908 (R\$ 751 no primeiro trimestre de 2018) referente a benefícios de curto prazo, R\$ 22 (R\$ 9 no primeiro trimestre de 2018) de benefícios pós-emprego, e refere-se ao valor registrado pelo regime de competência.

As transações com as entidades sob controle comum (controladas da State Grid Corporation of China), referem-se basicamente a encargos de uso do sistema de transmissão, incorridos e pagos pela Companhia.

Transações entre partes relacionadas envolvendo acionistas controladores da CPFL Energia são como seguem:

Empresas	Passivo	Despesa/custo	
	31/03/2019	1º Trimestre 2019	1º Trimestre 2018
Encargos - Rede básica			
Entidades sob o controle comum (controladas da State Grid Corporation of China)	176	7.483	8.150

Transações entre partes relacionadas envolvendo controladas e controladas em conjunto da CPFL Energia S.A., são como seguem:

Empresas	Ativo		Passivo		Receita		Despesa/custo	
	31/03/2019	31/12/2018	31/03/2019	31/12/2018	1º Trimestre 2019	1º Trimestre 2018	1º Trimestre 2019	1º Trimestre 2018
Alocação de despesas entre empresas								
Companhia Paulista de Força e Luz	1.465	2.173	825	1.191	-	-	(1.078)	(508)
Companhia Jaguarí de Energia	410	742	69	128	-	-	(1.000)	(1.080)
Rio Grande Energia S.A. (*)	-	1.268	-	73	-	-	-	(1.716)
RGE Sul Distribuidora de Energia S.A.	1.489	1.508	218	198	-	-	(4.059)	(2.191)
CPFL Energia S.A.	197	90	739	-	-	-	(133)	(143)
CPFL Renováveis - Consolidado	-	-	-	-	-	-	(9)	(7)
CPFL Serviços, Equipamentos, Indústria e Comércio S.A.	4	-	-	-	-	-	-	-
CPFL Atende Centro de Contatos e Atendimento Ltda.	-	1	-	-	-	-	-	-
Nect Serviços Administrativos Ltda.	-	14	-	-	-	-	-	-
CPFL Eficiência Energética S.A.	1	-	-	-	-	-	-	-
Arrendamento e aluguel								
Companhia Paulista de Força e Luz	-	-	-	-	-	-	260	219
CPFL Renováveis - Consolidado	-	43	-	-	34	35	3	-
CPFL Eficiência Energética S.A.	1	-	-	-	2	2	-	-
Dividendos/Juros sobre o capital próprio								
CPFL Energia S.A.	-	-	37.935	37.935	-	-	-	-
Intangível, ativo contratual em curso, materiais e prestação de serviço								
CERAN-Companhia Energética Rio das Antas	1	-	-	-	-	-	-	-
CPFL Serviços, Equipamentos, Indústria e Comércio S.A. (**)	3.972	4.704	8.783	5.351	-	-	5.735	4.861
CPFL Atende Centro de Contatos e Atendimento Ltda.	-	-	788	819	-	-	2.504	2.233
Nect Serviços Administrativos Ltda.	-	-	867	119	-	-	2.440	2.164
CPFL Total Serviços Administrativos Ltda.	3	-	-	-	2	-	-	-
CPFL Telecom S.A.	2	2	-	-	-	-	-	-
TI Nect Serviços de Informática Ltda.	-	-	911	282	-	-	2.528	2.548
Compra e venda de energia e encargos								
CPFL Comercialização Brasil S.A.	4.177	-	-	-	11.256	-	-	-
Companhia Paulista de Força e Luz	18	18	1.342	1.368	-	-	4.045	4.732
CPFL Geração de Energia S.A.	-	-	6.220	6.220	-	-	18.063	17.088
Paulista Lajeado Energia S.A.	-	-	3	3	-	-	10	9
Centrais Elétricas da Paraíba S.A.	-	-	4.603	4.877	-	-	7.754	13.948
BAESA-Energética Barra Grande S.A.	-	-	86	67	-	-	201	259
Campos Novos Energia S.A.	-	-	31.689	21.780	-	-	31.843	25.970
CERAN-Companhia Energética Rio das Antas	-	-	5.235	5.236	-	-	15.204	13.002
Foz do Chapecó Energia S.A.	-	-	12.922	12.838	-	-	36.887	32.255
CPFL Renováveis - Consolidado	166	402	2.528	-	-	-	3.348	1.428
CPFL Transmissão Piracicaba S.A.	-	-	-	-	-	-	9	12
CPFL Transmissão Morro Agudo S.A.	-	-	-	-	-	-	8	10
Outros								
Instituto CPFL	-	-	-	-	-	-	133	146

(*) As informações referente ao 1º trimestre 2019 estão apresentadas na RGE Sul Distribuidoras de Energia em função da incorporação destas empresas em 31/12/2018.

Notas Explicativas

(**) Intangível, ativo contratual em curso, materiais e prestação de serviços:

Aquisição de imobilizado e intangível – A Companhia adquiriu equipamentos, cabos e outros materiais para aplicação nas atividades de distribuição e contratação de serviços de construção civil no período. Do valor total de dispêndios relacionados a estas operações, foram capitalizados como intangível da concessão da Companhia R\$ 14.381 no 1º trimestre findo em 31 de março de 2019 (R\$ 46.501 no exercício findo em 31 de dezembro de 2018), que não estão sendo apresentados no quadro acima.

(29) GESTÃO DE RISCOS

A estrutura do gerenciamento de risco e os principais fatores de risco de mercado que afetam os negócios da Companhia estão divulgados na nota explicativa nº 29 das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

(30) INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os principais instrumentos financeiros, marcados a valores justos e/ou cujo valor contábil é diferente materialmente do respectivo valor justo, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia são, como segue:

	Nota Explicativa	Categoria Mensuração	Nível(*)	31/03/2019	
				Contábil	Valor Justo
Ativo					
Caixa e equivalentes de caixa	5	(a)	Nível 2	286.922	286.922
Derivativos	31	(a)	Nível 2	111.322	111.322
Ativo financeiro da concessão	10	(a)	Nível 3	1.209.150	1.209.150
Total				1.607.394	1.607.394
Passivo					
Empréstimos e financiamentos - principal e encargos	15	(b)	Nível 2 (***)	432.971	432.839
Empréstimos e financiamentos - principal e encargos (**)	15	(a)	Nível 2	663.354	663.354
Debêntures - principal e encargos	16	(b)	Nível 2 (***)	603.605	605.164
Debêntures - principal e encargos (**)	16	(a)	Nível 2	207.067	207.067
Total				1.906.997	1.908.424

(*) Refere-se a hierarquia para determinação do valor justo

(**) Em função da designação inicial deste passivo financeiro, a Companhia apresentou uma perda de R\$ 5.541 no 1º Trimestre 2019 (uma perda de R\$ 22.251 no 1º Trimestre 2018).

(***) Apenas para fins de divulgação de acordo com o CPC 40 (R1)

Legenda

Categoria / Mensuração:

(a) - Valor justo contra o resultado

(b) - Mensurados ao custo amortizado

A classificação dos ativos financeiros em custo amortizado ou a valor justo contra resultado baseia-se no modelo de negócios e nas características de fluxo de caixa esperado pela Companhia para cada instrumento.

Os instrumentos financeiros cujos valores contábeis se aproximam dos valores justos, devido à sua natureza, na data destas informações contábeis intermediárias, são:

- Ativos financeiros: (i) consumidores, concessionárias e permissionárias, (ii) contas a receber - CDE, (iii) cauções, fundos e depósitos vinculados, (iv) serviços prestados a terceiros, (v) convênios de arrecadação e (vi) ativo financeiro setorial;
- Passivos financeiros: (i) fornecedores, (ii) taxas regulamentares, (iii) consumidores, concessionárias e permissionárias a pagar, (iv) Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT, (v) Empresa de Pesquisa Energética - EPE, (vi) Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica – PROCEL, (vii) convênios de arrecadação, (viii) descontos tarifários – CDE, (ix) passivo financeiro setorial e (x) fundo de reversão.

Notas Explicativas

Adicionalmente, não houve no primeiro trimestre de 2019 transferências entre os níveis de hierarquia de valor justo.

a) Valorização dos instrumentos financeiros

Conforme mencionado na nota 4, o valor justo de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate), trazido a valor presente pelo fator de desconto (referente à data de vencimento do título), obtido da curva de juros de mercado em reais.

Os três níveis de hierarquia de valor justo são:

- Nível 1: preços cotados em mercado ativo para instrumentos idênticos;
- Nível 2: informações observáveis diferentes dos preços cotados em mercado ativo que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços);
- Nível 3: instrumentos cujos fatores relevantes não são dados observáveis de mercado.

Em função da Companhia ter classificado o respectivo ativo financeiro da concessão como valor justo contra resultado, os fatores relevantes para avaliação ao valor justo não são publicamente observáveis. Por isso, a classificação da hierarquia de valor justo é de nível 3. A movimentação e respectivos ganhos (perdas) no primeiro trimestre de 2019 R\$ 10.453 (R\$ 10.162 no primeiro trimestre de 2018), assim como as principais premissas utilizadas, está divulgada na nota 10.

b) Instrumentos derivativos

A Companhia possui política de utilizar derivativos com o propósito de proteção (*hedge* econômico) dos riscos de variação cambial e flutuação das taxas de juros, não possuindo, portanto, objetivos especulativos na utilização dos instrumentos derivativos. A Companhia possui *hedge* cambial em volume compatível com a exposição cambial líquida, incluindo todos os ativos e passivos atrelados à variação cambial.

Os instrumentos de proteção contratados pela Companhia são *swaps* de moeda ou taxas de juros sem nenhum componente de alavancagem, cláusula de margem, ajustes diários ou ajustes periódicos. Uma vez que grande parte dos derivativos contratados pela Companhia possuem prazos perfeitamente alinhados com as respectivas dívidas protegidas, e de forma a permitir uma informação contábil mais relevante e consistente através do reconhecimento de receitas e despesas, tais dívidas foram designadas para o registro contábil a valor justo (notas 15 e 16). As demais dívidas que possuem prazos diferentes dos instrumentos derivativos contratados para proteção, continuam sendo reconhecidas ao respectivo valor de custo amortizado. Ademais, a Companhia não adotou a contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*) para as operações com instrumentos derivativos.

Em 31 de março de 2019 a Companhia detinha as seguintes operações de *swap*, todas negociadas no mercado de balcão:

Estratégia	Valores de mercado (contábil)		Valores a custo, líquidos ⁽¹⁾	Ganho (Perda) na marcação a mercado	Moeda / indexador dívida	Moeda / indexador swap	Faixa de vencimento	Nacional
	Ativo	Valores justos, líquidos						
Derivativos de proteção de dívidas designadas a valor justo								
Hedge variação cambial								
Empréstimos bancários - Lei 4.131	91.252	91.252	93.742	(2.490)	US\$ + (Libor 3 meses + 0,95% a 1,41%) ou 3,27%	112,64% a 116% do CDI	mar/19 a mai/21	471.045
Empréstimos bancários - Lei 4.131	2.234	2.234	4.184	(1.951)	Euro + de 0,80%	105,1% do CDI	mai/21	100.000
	<u>93.486</u>	<u>93.486</u>	<u>97.926</u>	<u>(4.440)</u>				
Hedge variação índice de preços								
Debêntures	17.836	17.836	3.420	14.416	IPCA + 5,80%	104,3% do CDI	out/25	197.000
Total	<u>111.322</u>	<u>111.322</u>	<u>101.346</u>	<u>9.975</u>				
Circulante	49.909							
Não circulante	61.413							

Para mais detalhes referentes a prazos e informações sobre dívidas e debêntures, vide notas 15 e 16.

⁽¹⁾ Os valores a custo representam o saldo do derivativo sem a respectiva marcação a mercado, enquanto que o nacional refere-se ao saldo principal da dívida e reduz-se conforme ocorre a amortização da mesma.

Notas Explicativas

A movimentação dos derivativos está demonstrada a seguir:

	Saldo em 31/12/2018	Atualização monetária e cambial e marcação a mercado	Liquidação	Saldo em 31/03/2019
Derivativos				
Para dívidas designadas a valor justo	198.470	6.968	(104.092)	101.346
Marcação a mercado (*)	2.007	7.968	-	9.975
Total	200.477	14.936	(104.092)	111.322

(*) Os efeitos no resultado e resultado abrangente de 2019 referente aos ajustes ao valor justo (MTM) dos derivativos são ganho de R\$ 7.968 para as dívidas designadas a valor justo.

Conforme mencionado acima, a Companhia optou por marcar a mercado a dívida para qual possui instrumentos de derivativos totalmente atrelados (notas 15 e 16).

A Companhia tem reconhecido ganhos e perdas com os seus instrumentos derivativos. No entanto, por se tratarem de derivativos de proteção, tais ganhos e perdas minimizaram os impactos de variação cambial e variação de taxa de juros incorridos nos respectivos endividamentos protegidos. Para os trimestres findos em 31 de março de 2019 e 2018, os instrumentos derivativos geraram os seguintes impactos no resultado registrados na rubrica de despesa financeira com atualizações monetárias e cambiais e no resultado abrangente na rubrica risco de crédito na marcação a mercado, este último relativo às dívidas marcadas a valores justos:

Risco protegido / operação	Ganho (Perda) no resultado		Ganho (Perda) no resultado abrangente
	1º Trimestre 2019	1º Trimestre 2018	1º Trimestre 2019
Varição de taxas de juros	1.761	274	-
Marcação a mercado	4.220	-	260
Varição cambial	5.207	1.447	-
Marcação a mercado	3.488	12.020	-
	14.676	13.741	260

c) Ativos financeiros da concessão

Em função Companhia ter classificado os respectivos ativos financeiros da concessão como mensurados pelo valor justo por meio de resultado, os fatores relevantes para avaliação ao valor justo não são publicamente observáveis e não existe um mercado ativo. Por isso, a classificação da hierarquia de valor justo é de nível 3.

Uma vez que todas as características contratuais estão refletidas nos valores contabilizados, a Companhia entende que o valor contábil registrado reflete os seus valores justos. A mensuração contábil da indenização decorrente da concessão é feita mediante a aplicação de critérios regulatórios contratuais e legais.

d) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado - tais como taxas de câmbio e taxas de juros - irão afetar os ganhos da Companhia ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. A Companhia utiliza derivativos para gerenciar riscos de mercado.

Notas Explicativas

e) Análise de sensibilidade

A Companhia realizou análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros (inclusive derivativos) estão expostos, basicamente representados por variação das taxas de câmbio e de juros.

Quando a exposição ao risco é considerada ativa, o risco a ser considerado é uma redução dos indexadores atrelados devido a um conseqüente impacto negativo no resultado da Companhia. Na mesma medida, quando a exposição ao risco é considerada passiva, o risco é uma elevação dos indexadores atrelados por também ter impacto negativo no resultado. Desta forma, a Companhia está quantificando os riscos através da exposição líquida das variáveis (dólar, euro, CDI, IPCA, SELIC e TJLP), conforme demonstrado:

e.1) Variação cambial

Considerando que a manutenção da exposição cambial líquida existente em 31 de março de 2019 fosse mantida, a simulação dos efeitos consolidados por tipo de instrumento financeiro, para os três cenários distintos seria:

Instrumentos	Exposição (a)	Risco	Receita (despesa) no resultado		
			Depreciação cambial (b)	Apreciação cambial de 25%(c)	Apreciação cambial de 50%(c)
Instrumentos financeiros passivos	(561.175)		(20.752)	124.730	270.211
Derivativos - <i>swap plain vanilla</i>	572.942		21.187	(127.345)	(275.877)
	11.767	baixa dolar	435	(2.615)	(5.666)
Instrumentos financeiros passivos	(102.179)		(6.888)	20.379	47.645
Derivativos - <i>swap plain vanilla</i>	103.538		6.980	(20.650)	(48.279)
	1.359	baixa euro	92	(271)	(634)
Total	13.126		527	(2.886)	(6.300)
Efeitos no resultado abrangente acumulado			228	(1.093)	(2.415)
Efeitos no resultado do período			299	(1.793)	(3.885)

(a) A taxa de cambio considerada em 31.03.2019 foi de R\$ 3,90 para o dólar e R\$ 4,38 para o euro.

(b) Conforme curvas de câmbio obtidas em informações disponibilizadas pela B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, sendo a taxa de cambio considerada de R\$ 4,04 e R\$ 4,67 e a depreciação cambial de 3,70% e 6,74%, do dólar e do euro respectivamente em

(c) Conforme requerimento da Instrução CVM n° 475/2008, os percentuais de elevação dos índices aplicados são referentes às informações disponibilizadas pela B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão.

Em função da exposição cambial líquida do dólar e do euro ser um ativo, o risco é baixa do dólar e do euro e, portanto, o câmbio é apreciado em 25% e 50% em relação ao câmbio provável.

e.2) Variação das taxas de juros

Supondo que o cenário de exposição líquida dos instrumentos financeiros indexados a taxas de juros variáveis em 31 de março de 2019 fosse mantido, a despesa financeira líquida para os próximos 12 meses para cada um dos três cenários definidos seria:

Notas Explicativas

Instrumentos	Exposição	Risco	taxa no período	taxa cenário provável (a)	Receita (despesa) no resultado		
					Cenário provável	Elevação/Redução de índice em 25% (b)	Elevação/Redução de índice em 50% (b)
Instrumentos financeiros ativos	262.155				17.381	21.726	26.071
Instrumentos financeiros passivos	(672.539)				(44.589)	(55.737)	(66.884)
Derivativos - <i>swap plain vanilla</i>	(784.234)				(51.995)	(64.993)	(77.992)
	(1.194.618)	alta CDI	6,34%	6,63%	(79.203)	(99.004)	(118.805)
Instrumentos financeiros passivos	(49.529)	alta TJLP	6,79%	6,26%	(3.101)	(2.325)	(1.550)
Instrumentos financeiros passivos	(449.027)				(18.141)	(13.606)	(9.070)
Derivativos - <i>swap plain vanilla</i>	219.076				8.851	6.638	4.425
Ativo financeiro da concessão	1.209.150				48.850	36.637	24.425
	979.199	baixa IPCA/TLP	4,40%	4,04%	39.560	29.669	19.780
Ativos e passivos financeiros setoriais	52.986				3.486	2.615	1.743
Instrumentos financeiros passivos	(28.261)				(1.860)	(1.395)	(930)
	24.725	baixa SELIC	6,35%	6,58%	1.626	1.220	813
Total	(240.223)				(41.118)	(70.440)	(99.762)
Efeitos no resultado abrangente acumulado					521	409	297
Efeitos no resultado do período					(41.639)	(70.849)	(100.059)

(a) Os índices foram obtidos através de informações disponibilizadas pelo mercado.

(b) Conforme requerimento da Instrução CVM nº 475/2008, os percentuais de elevação foram aplicados sobre os índices no cenário provável.

Adicionalmente, as dívidas com exposição a indexadores pré-fixados gerariam uma despesa de R\$ 3.930.

f) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco da Companhia incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de Consumidores, Concessionárias e Permissionárias e de instrumentos financeiros da Companhia. Mensalmente, o risco é monitorado e classificado de acordo com a exposição atual, considerando o limite aprovado pela Administração.

As perdas por redução ao valor recuperável sobre ativos financeiros reconhecidas no resultado estão apresentadas na nota 6 – Consumidores, Concessionárias e Permissionárias.

Contas a receber e ativos de contrato - Consumidores, Concessionárias e Permissionárias

A exposição da Companhia ao risco de crédito é influenciada principalmente pelas características individuais de cada carteira de clientes. Contudo, a Administração também considera os fatores que podem influenciar o risco de crédito.

A Companhia utiliza uma matriz de provisões para a mensuração da perda de crédito esperada com contas a receber de clientes de acordo com a classe de consumidor (Residencial, Comercial, Rural, Poder Público, Iluminação Pública, Serviços Públicos), Outras Receitas e Receita Não Faturada, consistindo em maioria por um grande número de saldos pulverizados.

As taxas de perda são baseadas na experiência real de perda de crédito verificada nos últimos anos.

Notas Explicativas

Essas taxas refletem as diferenças entre as condições econômicas durante o período em que os dados históricos foram coletados, as condições atuais e a visão da Companhia sobre as condições econômicas futuras ao longo da vida esperada dos recebíveis. Desta forma, fora calculada uma “Receita Ajustada”, refletindo a percepção da Companhia sobre a perda esperada. Tal receita ajustada foi alocada por classe de consumo (matriz), de acordo com o intervalo atualmente utilizado na provisão orientada pelos parâmetros regulatórios, como se segue:

Classe	Dias	Período
Residencial	90	Receita de 3 meses anteriores ao mês atual
Comercial e outras receitas	180	Receita de 6 meses anteriores ao mês atual
Industrial, rural, poder público em geral	360	Receita de 12 meses anteriores ao mês atual
Não faturado	-	Utiliza receita do próprio mês

Desta forma, com base nas premissas acima, é calculado um índice “Ajustado” de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (“PDD”) para o mês, que foi determinado dividindo-se a “PDD Real” pela “Receita Ajustada” de cada mês. Na sequência, a PDD é estimada mensalmente, considerando a média móvel respectiva dos meses dos índices mensais “Ajustados”, e aplicada sobre a receita real do mês corrente.

Com base neste critério, o percentual de PDD a ser aplicado é alterado mensalmente, na medida em que é calculada a média móvel.

A metodologia utilizada pela Administração contempla um percentual que está aderente com a regra do IFRS descrita como *expected credit losses*, contemplando em um único percentual a probabilidade de perda, ponderada pela expectativa de perda e resultados possíveis, ou seja, contempla PD, EAD e LGD.

Fatores macroeconômicos

Após estudos desenvolvidos pela Companhia para avaliar quais as variáveis que apresentam o índice de correlação com o montante real de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa, não foram identificados índices ou fatores macroeconômicos que impactassem de forma relevante ou que possuísem correlação direta ao nível de inadimplência, visto às características do setor elétrico, que possui ferramentas que mitigam o risco de perdas, por exemplo, a suspensão do fornecimento de energia para o consumidor em *default*.

Caixa e equivalentes de caixa

A Companhia limita sua exposição ao risco de crédito através do investimento em títulos de dívida que tenham um mercado líquido e que o risco da contraparte (bancos e instituições financeiras) tenha um *rating* de pelo menos AA-.

A Companhia considera que o seu caixa e equivalentes de caixa têm baixo risco de crédito com base nos *ratings* de crédito externos das contrapartes. A Administração não identificou para o período de 2019 e exercício de 2018 que os títulos tivessem uma mudança relevante no risco de crédito.

Derivativos

A Companhia possui política de utilizar derivativos com o propósito de proteção (hedge econômico) dos riscos de variação cambial e flutuação das taxas de juros, em maioria constituídos por *swaps* de moeda ou taxas de juros. Os derivativos são contratados com bancos e instituições financeiras de primeira linha e que tenham um *rating* de pelo menos AA-, baseado nas principais agências de *rating* de crédito do mercado (nota 30). A Administração não identificou para o período de 2019 e exercício de 2018 que os ativos financeiros derivativos tivessem uma perda relevante por redução ao valor recuperável utilizando o critério de perdas esperadas.

Notas Explicativas

(31) EVENTO SUBSEQUENTE

31.1 - Aumento de Capital

Através da AGO/E de 29 de abril de 2019, foi aprovado o aumento do capital social da Companhia no montante de R\$ 9.176, referente capitalização do benefício fiscal do ágio apurado nos exercícios de 2017 e 2018 sem emissão de novas ações.

31.2 - Distribuição de Dividendo e Juros sobre capital próprio

Na AGO/E de 29 de abril de 2019 foi aprovada a destinação do lucro do exercício de 2018, através de (i) declaração de dividendo mínimo obrigatório no montante de R\$ 6.226; e (ii) juros sobre o capital próprio no montante de R\$ 37.304 declarado em novembro de 2018.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

KPMG Auditores Independentes

Av. Coronel Silva Telles, 977 - 10º andar, Cambuí

13024-001 - Campinas/SP – Brasil

Edifício Dahruj Tower

Caixa Postal 737 - CEP 13012-970 - Campinas/SP - Brasil

Telefone +55 (19) 3198-6000, Fax +55 (19) 3198-6205

www.kpmg.com.br

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais - ITR

Aos

Administradores e Acionistas da

Companhia Piratininga de Força e Luz

Campinas - SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Companhia Piratininga de Força e Luz (“Companhia”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao trimestre findo em 31 de março de 2019, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração dessas informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) - Demonstração Intermediária, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1), aplicável à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As informações contábeis intermediárias relativas à demonstração do valor adicionado (DVA) referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2019, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais - ITR da Companhia. Para a formação de nossa conclusão, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Campinas, 06 de maio de 2019.

KPMG Auditores Independentes

Marcio José dos Santos

CRC 2SP027612/O-4

Contador CRC 1SP252906/O-0

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

DECLARAÇÃO

Em atendimento ao disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, alterada pela Instrução CVM nº 586, de 8 de junho de 2017, o presidente e os diretores da Companhia Piratininga de Força e Luz, sociedade por ações de capital aberto, com sede Rua Jorge de Figueiredo Correa, nº 1.632 – parte - Jardim Professora Tarcilla – CEP: 13087-397, na Cidade de Campinas, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ sob nº 04.172.213/0001-51, declaram que:

a) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer da KPMG Auditores Independentes, relativamente às demonstrações contábeis intermediárias (Informações Trimestrais – ITR) da Companhia Piratininga de Força e Luz do período findo em 31 de março de 2019;

b) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações contábeis intermediárias (Informações Trimestrais – ITR) da Companhia Piratininga de Força e Luz do período findo em 31 de março de 2019.

Campinas, 6 de maio de 2019.

Carlos Zamboni Neto

Diretor Presidente

Yuehui Pan

Diretor Financeiro e de relações com Investidores

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

DECLARAÇÃO

Em atendimento ao disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, alterada pela Instrução CVM nº 586, de 8 de junho de 2017, o presidente e os diretores da Companhia Piratininga de Força e Luz, sociedade por ações de capital aberto, com sede Rua Jorge de Figueiredo Correa, nº 1.632 – parte - Jardim Professora Tarcilla – CEP: 13087-397, na Cidade de Campinas, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ sob nº 04.172.213/0001-51, declaram que:

a) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer da KPMG Auditores Independentes, relativamente às demonstrações contábeis intermediárias (Informações Trimestrais – ITR) da Companhia Piratininga de Força e Luz do período findo em 31 de março de 2019;

b) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações contábeis intermediárias (Informações Trimestrais – ITR) da Companhia Piratininga de Força e Luz do período findo em 31 de março de 2019.

Campinas, 6 de maio de 2019.

Carlos Zamboni Neto

Diretor Presidente

Yuehui Pan

Diretor Financeiro e de relações com Investidores